

RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA

2016



AGRADECIMENTOS

O CD da FGF deseja expressar o seu reconhecimento às seguintes entidades:

- Ao Gabinete de Projetos da Pró-Reitoria para a Ciência e Tecnologia da UAc, pela partilha de experiências e *know-how* na gestão de projetos de I&D;
- Ao Gabinete da Pró-Reitoria para a Comunicação, Imagem e Divulgação da UAc, pelo excelente trabalho realizado ao nível da atualização da página *web* da FGF, bem como, pelo desenvolvimento da nova ferramenta de gestão de projetos, o **GestPro**;
- Ao Gabinete da Pró-Reitoria para a Modernização Administrativa e Tecnologias de Informação e Comunicação, pelo apoio na virtualização do servidor da FGF e demais apoio informático;
- A todos os investigadores e docentes da UAc pelas suas iniciativas, compreensão e aceitação das regras de funcionamento da Fundação;
- Às entidades financiadoras, e em particular às regionais, na medida em que um bom entendimento tem promovido a passagem de conhecimento que nos permite reduzir o risco associado a despesas de elegibilidade duvidosa;
- A todas as outras entidades que recorreram aos serviços da Fundação e que contribuíram para o seu desenvolvimento;
- A todos os funcionários e colaboradores da Fundação, pela qualidade do desempenho das tarefas que desenvolvem.

SIGLAS REFERENCIADAS NO RELATÓRIO:

CAE	Classificação das Atividades Económicas
CBA	Centro de Biotecnologia dos Açores
CD	Conselho Diretivo
CEEApIA	Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico
CEHu	Centro de Estudos Humanísticos
CHAM	Centro de História de d'Aquém e d'Além Mar
CIBIO	Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos
CICS	Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
DGO	Direção Geral do Orçamento
DRCT	Direção Regional da Ciência e Tecnologia
ESS	Escola Superior de Saúde
FCAA	Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
FCSH	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
FEG	Faculdade de Economia e Gestão
FCT, I.P.	Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP
FF	Fontes de Financiamento
FGF	Fundação Gaspar Frutuoso, FP
H2020	Horizonte 2020
INTERREG MAC 2014-2020	Programa de Cooperação INTERREG V A Espanha-Portugal MAC (Madeira –Açores-Canárias) 2014-20120
GestPro	<i>Software</i> de gestão de projetos
GBA	Grupo de Biodiversidade dos Açores
GRA	Governo Regional dos Açores
IBAN	<i>International Bank Account Number</i>

IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
IGF	Inspeção Geral de Finanças
IITAA	Instituto de Investigação em Tecnologias Agrárias e do Ambiente
IIVAR	Instituto de Investigação em Vulcanologia e Avaliação de Riscos
IR	Investigador Responsável
LCPA	Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso
LQF	Lei-Quadro das Fundações
OE	Orçamento de Estado
OKEANOS	Centro de investigação Okeanos
PA	Plano de Atividades e Orçamento
PI	Projetos de Investigação
PS	Prestações de Serviços
PO AÇORES 2020	Programa Operacional Açores 2020
UAc	Universidade dos Açores

ÍNDICE

1.	NOTA INTRODUTÓRIA.....	1
2.	MONITORIZAÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS DEFINIDOS NO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2016.....	3
3.	OUTRAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO CONSELHO DIRETIVO EM 2016.....	8
4.	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM O INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO AO CLIENTE	11
5.	ANÁLISE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2016.....	15
5.1.	Projetos de investigação.....	15
5.2.	Desenvolvimento de prestações de serviços de Investigação a diferentes entidades públicas e privadas.....	16
5.3.	Atribuição de Bolsas de Investigação Científica	16
5.4.	Atividades transversais	16
6.	RECURSOS HUMANOS.....	24
7.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	26
8.	INVESTIMENTOS.....	28
9.	FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE	29
10.	SITUAÇÃO PATRIMONIAL.....	31
11.	EVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS E GASTOS.....	34
12.	FISCALIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO	40
13.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	41
14.	RESUMO E DESAFIOS	42
	ANEXO I. EVOLUÇÃO DA RECEITA ESTIMADA E DA RECEITA COBRADA, BEM COMO DO <i>RATIO</i> ENTRE AMBAS NO QUE RESPEITA AOS ORGANISMOS DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES (GRA) DESDE 2012 A 2016.....	i
	ANEXO II. ORÇAMENTO DE DESPESA PREVISTA E EXECUTADA EM 2016	ii
	ANEXO III. ORÇAMENTO DE RECEITA PREVISTA E EXECUTADA EM 2016.....	iii

ANEXO IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPETIVAS NOTAS EXPLICATIVAS	iv
ANEXO V. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	iv
ANEXO VI. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	vi

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Principais resultados do Inquérito de Satisfação (grau de satisfação de 1 a 5) ao Trabalho da FGF.	11
Figura 2. Resultados do inquérito de satisfação em relação à utilidade do programa GestPro.....	13
Figura 3. Candidaturas de projetos de investigação submetidas pela FGF e aprovadas em 2016 por entidade de financiamento.	15
Figura 4. Número de contratos de bolsas de doutor, mestre e licenciado, celebrados pela FGF em 2016.	16
Figura 5. Número de centros de custos ativos em 2016 na FGF, por tipologia de produto.	17
Figura 6. Montante de receita estimada e cobrada, execução, <i>overheads</i> previstos e <i>overheads</i> cobrados em 2016.	18
Figura 7. Receita estimada, receita cobrada, execução, <i>overheads</i> previstos e <i>overheads</i> cobrados durante o ano de 2016 por tipologia de produto.	19
Figura 8. Volume total de receita estimada, receita cobrada, execução, <i>overheads</i> estimados e <i>overheads</i> cobrados durante o ano de 2016 por área científica da UAc, Reitoria e FGF.....	19
Figura 9. Projetos de investigação e desenvolvimento. Receita cobrada, execução e <i>overheads</i> cobrados durante o ano de 2016 por área científica da UAc, Reitoria e FGF.....	20
Figura 10. Eventos. Receita cobrada, execução e <i>overheads</i> cobrados durante o ano de 2016 por área científica da UAc, Reitoria e FGF.	21
Figura 11. Publicações. Receita cobrada, execução e <i>overheads</i> cobrados durante o ano de 2016 por Unidade Orgânica da UAc, Reitoria e FGF.	21
Figura 12. Receita estimada, receita cobrada, execução e <i>overheads</i> cobrados dos projetos de investigação e prestações de serviços por fonte de financiamento.	22
Figura 13. a) nº de faturas a crédito, recebidas e não recebidas, e faturas/recibo emitidos; e b) montante global (sem IVA) por tipologia de documentos de receita emitidos; em 2016 pela FGF.....	23
Figura 14. Gastos com pessoal no período compreendido entre 2014 e 2016.	24
Figura 15. Evolução da atividade entre 2012 e 2016.	34
Figura 16. Estrutura de gastos da Fundação no corrente exercício (2016).	35

Figura 17. Distribuição percentual das rubricas de despesas de funcionamento da Fundação.....	36
Figura 18. Estrutura de Rendimentos da Fundação no ano de 2016.....	36

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Gastos com pessoal no período compreendido entre 2014 e 2016. a) sem significado.	25
Tabela 2. Situação líquida resumida da FGF.....	32
Tabela 3. Gastos de funcionamento da estrutura administrativa da FGF nos anos de 2015 e de 2016.....	35
Tabela 4. Evolução das rubricas de gastos e de rendimentos face ao ano anterior: comparativo entre os anos de 2015 e 2016. a) sem significado.	38

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Este documento, apresentado ao abrigo do disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 15º dos Estatutos da Fundação Gaspar Frutuoso, FP (FGF), constitui o Relatório e Conta de Gerência referente ao exercício de 2016.

A construção deste relatório fez-se com base na recolha, tratamento e interpretação de toda a informação necessária para a compreensão da situação financeira e atividade da Fundação Gaspar Frutuoso, FP.

A FGF tem por fim, no quadro de uma estreita colaboração com a Universidade dos Açores (UAç), fomentar atividades de cariz científico, tecnológico, social, cultural, artístico, desportivo, económico e ambiental, entre outros, através da promoção e da participação em concursos, programas e projetos, assim como do desenvolvimento de ações de formação, consultoria e divulgação.

A atividade da FGF e da estrutura que a suporta, têm-se pautado por uma total coordenação com a Reitoria, as Faculdades, Institutos, Centros e Núcleos de Investigação da UAç.

Em 2015 a FGF viveu um período relativamente complexo, quer do ponto de vista operacional quer do ponto de vista burocrático e institucional, resultado da implementação de nova legislação, aprovação de novos estatutos e da nomeação e tomada de posse de um novo Conselho Diretivo (doravante designado por CD).

Já em 2016, os grandes desafios foram: dar continuidade à operacionalização de procedimentos, o lançamento da nova plataforma de gestão de projetos, a satisfação dos seus clientes (internos e externos), manter o ritmo de resposta e de autorização de despesa e, sobretudo, o desenvolvimento de mecanismos relativos à contabilidade orçamental, obrigação decorrente da recente integração da FGF no perímetro do Orçamento de Estado como entidade pública reclassificada.

Para fazer face às suas obrigações, a Fundação (sede) contou com 3 colaboradores, sendo 2 do quadro da FGF, e um por cedência de interesse público, este último em funções até fevereiro 2018. Conta ainda com 4 prestadores de serviço e 33 bolseiros. Estes últimos variam muito em número porque estão relacionados com decisões

estratégicas, temporárias, de apoio a áreas específicas de interesse para a comunidade científica da UAc, em particular com a execução dos projetos de investigação e prestações de serviço.

Relativamente ao financiamento por parte do Governo Regional dos Açores (GRA), apesar de se ter mantido a estabilidade no reporte de despesa executada, tendo-se obtido taxas muito próximas da plena execução em grande parte das medidas postas a concurso, no que a pagamentos se refere, registou-se em 2016 a menor taxa de transferências desde 2012 (Anexo I). Este atraso revelou-se maioritariamente no pagamento de portarias emitidas no 2º semestre de 2016, e que em parte só foram pagas em janeiro de 2017, persistindo ainda por pagar a Portaria relativa à comparticipação regional dos 16 projetos aprovados no âmbito do Eixo I do Programa Operacional Açores 2020 (PO AÇORES 2020), e uma das duas Portarias emitidas relativas às despesas de funcionamento dos Centros de Investigação da UAc de 2016, estando em causa 12 projetos de investigação. Pela positiva, releva-se o facto da Direção Regional da Ciência e Tecnologia (DRCT) ter prorrogado o prazo de execução dos projetos da medida 1.1, relativa a despesas de funcionamento dos Centros de Investigação, por um período de quatro meses, facto que permitiu colmatar o atraso registado na aprovação destes projetos. Quanto aos projetos aprovados no âmbito do Eixo 1 do PO AÇORES 2020, apesar do prazo para submissão de candidaturas ter ocorrido no final de 2015, os termos de aceitação só foram assinados em agosto de 2016, e a execução iniciou-se gradualmente a partir de setembro 2016, sem qualquer adiantamento financeiro legalmente previsto. Os primeiros pedidos de reembolsos foram submetidos em janeiro de 2017, sendo que à data de redação do presente relatório, dos 60 pedidos de reembolso submetidos, apenas dois foram validados pela autoridade de gestão, e nenhum deles foi pago.

2. MONITORIZAÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS DEFINIDOS NO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2016

Foi ultrapassado em 2015 o período que se considerou mais complexo do ponto de vista institucional. Referimo-nos a adaptação às imposições da Lei-Quadro das Fundações, que veio alterar profundamente a forma e os processos de gestão da Fundação e, consequentemente, a atividade de I&D da FGF/UAc. Para 2016, este Conselho Diretivo, que tomou posse a 15 de outubro de 2015, elegeu diversos objetivos principais, estratégicos e operacionais, tendo por base os fins subjacentes à criação da Fundação, as responsabilidades desta para com a sua entidade criadora, as solicitações dos seus clientes, bem como a situação que se verifica no que concerne aos recursos disponíveis.

OE1: Promover a boa gestão e execução dos projetos de investigação e prestações de serviço de investigação e desenvolvimento

Objetivos operacionais:

OO1.1: Implementação de solução informática que permita efetuar a gestão de projetos e disponibilize informação atualizada aos seus utilizadores

Em estreita colaboração com o Gabinete da Pró-Reitoria para a Comunicação, Imagem e Divulgação da UAc, foi desenhado, concebido e implementado um *software* (Aplicação) que permite a gestão de projetos tanto pela equipa de projetos da FGF, como pelos Investigadores que têm projetos de investigação e prestações de serviço na Fundação, estes últimos apenas em consulta de informação (software de gestão de projetos - **GestPro**). Numa primeira fase, mais especificamente em maio de 2016, este *software* foi disponibilizado internamente.

OO 1.2: Responder eficazmente às solicitações no âmbito dos processos de autorização de despesa, reduzindo o tempo médio de resposta;

Remetemos para o ponto 4 deste relatório a resposta a este objetivo, mais concretamente para os resultados apurados com o inquérito de satisfação realizado em dezembro de 2016. Considera-se o objetivo atingido.

OO 1.3: Reduzir substancialmente os prazos de submissão de pedidos de pagamento intermédios e finais;

A monitorização deste objetivo veio revelar que não temos muita dificuldade no que ao cumprimento de prazos se refere, mas sim quanto à justificação da despesa a constar nos pedidos de pagamento/reembolsos/balancetes financeiros. Neste sentido, temos vindo a promover maior difusão desta necessidade junto dos Investigadores Responsáveis (IR's), de modo a sensibiliza-los para que, na fase de pedido de autorização de despesa, tenham maior cuidado e atenção na fundamentação da despesa e respetivo enquadramento no âmbito das tarefas do projeto de investigação. Considera-se que este objetivo está em execução, dado que, até pela sua natureza, é dificilmente finalizável.

OO 1.4: Criar e implementar documento de responsabilização por parte do Coordenador de Projeto/Prestação de Serviço, no que concerne à viabilidade financeira e garantia de execução do projeto, em particular no que diz respeito à elegibilidade e cabimento das despesas;

Plenamente implementado com efeitos a um de janeiro de 2016. Assim, este objetivo é considerado atingido.

OO 1.5: Melhorar o sistema de controlo interno no que concerne à emissão de faturação;

Foi introduzido um procedimento de controlo tanto na fase de emissão como na fase de pagamento ou falta deste. Quanto à fase da emissão de faturação, foi destacado um colaborador especificamente para este trabalho, uma vez que a especialização permite reduzir o erro e melhorar o cumprimento de prazos.

Quanto ao pagamento, faturas com prazo de pagamento vencido há mais de 90 dias, são alvo de notificação à entidade devedora pelo dirigente máximo da FGF. Considera-se que este objetivo está em execução, dado que, até pela sua natureza, é dificilmente finalizável.

OO 1.6: Controlar a execução das prestações de serviço por rubrica, implementando o procedimento existente para os projetos de investigação, no que concerne à transferência entre rubricas, só após aprovação da FGF.

Como todos os pedidos para autorização de despesa se concretizam via *edoclink* é na fase do cabimento (averiguação de fundos disponíveis) que se detetam desvios de execução por rubrica. Assim, este objetivo é considerado atingido.

OE 2: Reorganizar a estrutura interna de funcionamento

Objetivos operacionais:

OO 2.1: Implementar o novo software contabilístico, PRIMAVERA, em 2016, com recuperação de todo o histórico de 2015 (receita e despesa);

O novo *software* entrou em funcionamento a um de janeiro de 2016. Todo o pessoal recebeu formação nos módulos que lhes competia. Como aspeto negativo, realçamos o facto de ser necessária a intervenção de mais pessoal, e de ter um custo associado em termos de assistência técnica anual no mínimo de 14 000€, a manter-se nos próximos anos, o que para a dimensão da Fundação é um custo que consideramos muito elevado, mas necessário.

Quanto à recuperação de despesa e receita de 2015, o trabalho ficou concluído em junho de 2016. Desta forma, este objetivo é considerado atingido.

OO 2.2: Reestruturar o sistema de arquivo digital e físico. Implementar cópias de segurança relativamente ao arquivo digital;

A reestruturação foi sendo efetuada ao longo do ano. Não havendo tempo nem recursos humanos para realizar este trabalho a curto prazo, a prioridade foi para os projetos em execução.

Em junho de 2016 ficou concluída a virtualização do servidor da FGF, com o apoio dos Serviços de Informática da UAc, permitindo garantir a segurança de informação a um nível mais elevado do que o anterior. Este objetivo é considerado atingido.

OO 2.3: Implementar mecanismos de gestão de recursos humanos, no que concerne especificamente ao controlo de assiduidade (Bolseiros, Colaboradores e Prestadores de Serviço);

Foram criados formulários para registo de assiduidade, férias e faltas dos funcionários e bolseiros da FGF. Foram também definidos procedimentos, bem como difusão de orientações, não havendo não conformidades a reportar. Assim, considera-se o objetivo cumprido.

OO 2.4: Produzir suportes e instrumentos de comunicação interna e externa, com o intuito de promover a uniformização de procedimentos e difusão de boas práticas;

Sempre que há necessidade de corrigir procedimentos, este Conselho Diretivo optou por um trabalho pedagógico, isto é, procede á difusão de orientações que permitam corrigir os desvios ou falhas detetadas.

Face ao exposto considera-se que este objetivo está em execução, dado que, até pela sua natureza, é dificilmente finalizável.

OO 2.5: Promover a realização de um workshop interno no âmbito da Gestão de Projetos;

A FGF tem estabelecido contactos com diversos Gabinetes de Gestão de Projetos, o que nos tem permitido manter atualizados em determinadas áreas sensíveis, tais como a contratação pública, a amortização de equipamentos, a contratação de pessoal, etc. Este objetivo não foi atingido embora tenham sido realizadas diligências para o fazer.

OO 2.6: Conceber e implementar um manual de procedimentos;

Quando se pensou neste objetivo, estava em causa a conceção de um documento que orientasse todo o trabalho realizado num Gabinete de projetos, de modo que quando entrasse um novo Recurso Humano bastasse consultar o documento, podendo com alguma facilidade exercer as funções para as quais tinha sido contratado. Porém, rapidamente percebemos que este documento iria ter tantas versões quantas as atualizações que decorrem de fatores externos à FGF, tal como as alterações de regras de elegibilidade definidas pelas entidades financiadoras.

3. OUTRAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO CONSELHO DIRETIVO EM 2016

E porque todo o trabalho realizado não se esgota nos objetivos operacionais já elencados, passamos a apresentar uma breve resenha do trabalho mais relevante, realizado e documentado em atas das reuniões mensais do Conselho Diretivo:

- **Integração no perímetro do Orçamento de Estado para 2016**, a coberto de notificação da Direção Geral do Orçamento (DGO) de um de dezembro de 2015. A FGF foi informada que, pela primeira vez, iria integrar o perímetro das entidades que consolidam as suas contas no Orçamento de Estado (OE).
- **Cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria:** na sequência do reporte orçamental a DGO notificou-nos a onze de novembro de 2016, do incumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, previsto no art.º 86 da Lei do OE/2016. Isto é, a Fundação apresentava fundos fora do sistema bancário do IGCP (conhecido como Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública). O CD da FGF argumentou por escrito a não inclusão dos fundos desta Fundação no IGCP (como banco do estado). Concretamente, foi argumentado que não recebemos fundos do OE. A resposta obtida foi no sentido de que a entidade deveria solicitar parecer prévio por parte do IGCP e despacho autorizador por parte do Ministro das Finanças, para efeitos de dispensa anual de cumprimento deste princípio. O pedido de dispensa recebeu despacho de indeferimento do Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças. Por forma a dar cumprimento ao despacho emanado, deliberou-se pela abertura de duas contas à ordem junto do IGCP. Dado o volume de projetos e prestações de serviço em execução que têm por referência o IBAN (*International Bank Account Number*) da FGF na banca privada, o CD decidiu efetuar uma transição gradual, dada a complexidade do processo, no sentido de evitar impactes negativos sobre o normal funcionamento da FGF. Esta opção foi validada pelo IGCP.
- **Associação de CAE's secundárias** por forma a contemplar todas as outras atividades que não se enquadram na principal, a alteração foi solicitada à Autoridade Tributária a dezanove de fevereiro de 2016. Assim sendo, e após parecer do nosso Contabilista Certificado, foram introduzidas as seguintes: **CAE principal:** foi alterada de 70220

para 72190 “Outras atividades de investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais”; **CAE’s secundárias:** 85591 Formação Profissional, 70220 Outras atividades consultoria para os negócios e a gestão (trata-se da anterior CAE principal); 82300 Organização de feiras, congressos e outros eventos similares; 62020 Atividades de consultoria em informática; 62090 Outras atividades relacionadas com as tecnologias de informação e informática; 71120 Atividades de engenharia e técnicas afins; 71200 Atividades de ensaios e análises técnicas; e 72200 Investigação e desenvolvimento das ciências sociais e humanas.

- Em agosto foram realizados **trabalhos de impermeabilização** na cobertura do edifício onde se encontra sedeada a FGF, tendo representado um investimento na ordem dos 3000€.
- **Aprovação de deliberação sobre a aplicação de Overheads no que concerne a Projetos de Investigação e Prestações de Serviços:** Considerando a necessidade de se passar a escrito o procedimento que tem vindo a ser praticado pela FGF no que concerne a taxas de gestão administrativa e financeira, aplicáveis a projetos e prestações de serviço, foi aprovado por unanimidade a Deliberação nº 1/2016, de 21 de julho de 2016, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 5º dos Estatutos da FGF. A divulgação deste documento foi promovida por via dos então Diretores de Departamentos/Centros de Investigação/Núcleos/Gabinetes;
- **Aplicação do regime forfetário nos projetos de investigação do PO AÇORES 2020:** apesar de todas as diligências feitas desde 2015, só após a publicação da versão 2 da orientação nº 2/2015 da Autoridade de Gestão, que aconteceu a meados de agosto de 2016, considerou o CD esclarecida a modalidade de declaração dos custos indiretos, aplicando-se o regime forfetário.
- **Apresentação de candidaturas ao ESTAGIAR L e T:** Durante o mês de novembro de 2016, decorreu o período de candidaturas ao Estagiar L e T. Nesta fase foram autorizadas e submetidas 15 candidaturas, sendo 14 no âmbito de PI e PS, e uma para a FGF.
- **Projetos INTERREG MAC 2014-2020, participação regional:** No que concerne ao eixo I, a UAc e a FGF viram aprovados 5 projetos, a executar em 3 anos, sendo que a FGF

apenas intervém como entidade participante em 4, resultando no valor total aprovado de 410 796,14€.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM O INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO AO CLIENTE

A FGF implementou um Inquérito tendo em vista perceber a satisfação dos investigadores com o trabalho realizado e com a aplicação informática desenvolvida para apoio à gestão dos centros de custo relativos a projetos de investigação e prestações de serviços, o **GestPro**. Este instrumento está previsto no Plano de Atividades de 2015, Anexo I, constituindo um dos indicadores de resultados aí explanados e nos Objetivos Específicos acima mencionados.

O inquérito foi lançado em novembro de 2016 e o apuramento dos resultados foi feito nos primeiros meses de 2017. Em termos metodológicos, foi aplicado eletronicamente através do *software* especializado *SurveyMonkey*. Este *software* assegura o anonimato das informações recolhidas, algo que foi sublinhado no *email* usado para convidar os investigadores a responderem. Este *email* foi enviado a todos os investigadores da Universidade dos Açores com projetos na FGF.

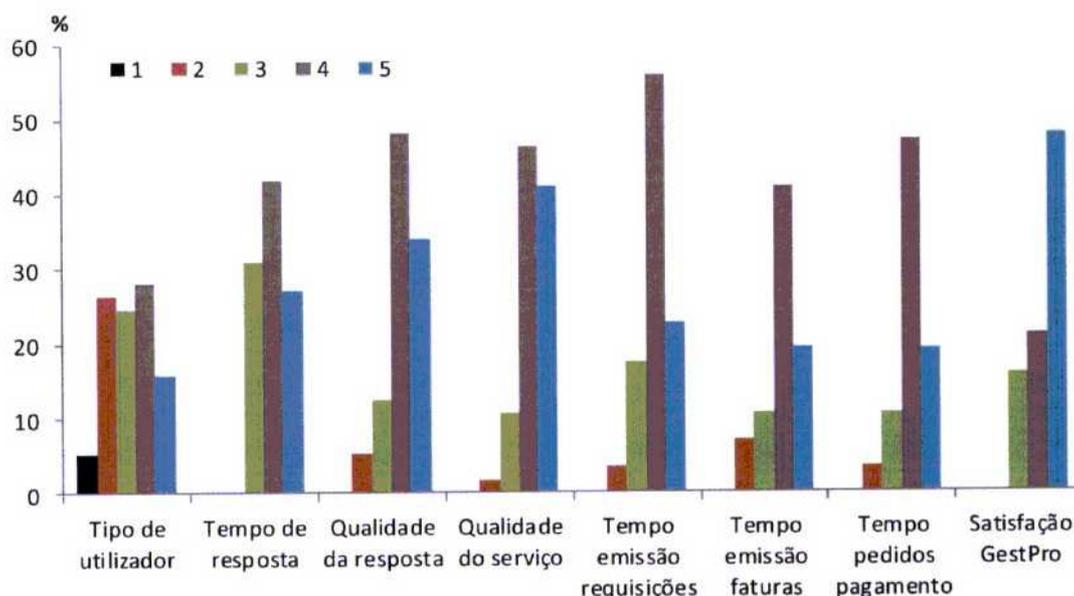


Figura 1. Principais resultados do Inquérito de Satisfação (grau de satisfação de 1 a 5) ao Trabalho da FGF.

Na Figura 1 estão sintetizados os principais resultados obtidos. A primeira resposta apresenta o perfil de utilizador. Nesta, é possível perceber que a maioria são utilizadores

moderados ou regulares (itens 3 e 4), algo que nos permite afirmar que os resultados obtidos espelham um uso efetivo dos serviços da FGF. Sobretudo se a isso juntarmos os utilizadores intensivos (item 5).

Na coluna referente ao tempo de resposta foi perguntado aos utilizadores como se posicionavam relativamente ao tempo de demora das respostas da FGF às suas solicitações. A maioria indicou que melhorou e que melhorou bastante (com 41,8% e 27,3%, respetivamente).

Sobre as informações fornecidas pela FGF (emails gerais, despachos, emails de resposta a questões suas) ao longo do último ano (2016), as respostas tenderam a centrarem-se nos itens 4 (satisfeito, 48,2%) e 5 (muito satisfeito, 33,9%). Para resposta foi usada uma escala de *Likert* variando entre 1 (nada satisfeito) e 5 (muito satisfeito). Esta escala foi usada na maioria das questões colocadas.

De seguida, questionou-se os respondentes sobre se, ao longo do último ano, a FGF tem disponibilizado informação atualizada e com qualidade. Também aqui a maioria dos respondentes deu uma resposta positiva (sim, 87,3%).

Para além da qualidade da resposta foi também questionada a qualidade dos serviços, sempre sobre o último ano: qual o seu grau de satisfação com o acompanhamento que o pessoal da FGF dedica aos seus projetos ou prestações de serviços? Os resultados mostram que a maioria dos investigadores está satisfeita (46,43%) ou muito satisfeita (41,1%).

Também se questionou os investigadores sobre o seu grau de satisfação com o trabalho da FGF (usando a mesma escala da questão anterior), no que respeita ao prazo médio de processamento de requisições, uma das principais atividades desta Fundação. Os resultados apresentados centram-se nas respostas 4 (satisfeito, 56,1%) e 5 (muito satisfeito, 22,8%).

Para além das requisições, os investigadores foram também questionados sobre um outro serviço prestado pela FGF de importância central na sua atividade: o prazo médio de emissão de faturas. Também aqui a maioria se declarou satisfeito (41,1%) ou muito satisfeito (19,64%). É também de destacar os que consideram que não se aplica ao seu

caso dado que as faturas são apenas emitidas para as prestações de serviços ou relativamente a inscrições em eventos (21,4%).

Um outro fator muito importante para aferir a qualidade do serviço da FGF respeita à satisfação dos investigadores com o prazo médio de submissão de pedidos de pagamento (reporte de despesa às entidades financiadoras: FCT, PO AÇORES 2020, DRCT...). Em relação a esta questão, as respostas centram-se nos itens, satisfeito (47,4%), muito satisfeito (19,3%), mas também aqui se regista um número significativo de casos de não aplicação (19,3%).

Em síntese, podemos considerar que, de uma forma geral, os investigadores que usam os serviços da FGF estão satisfeitos com os serviços prestados e reconhecem que eles melhoraram ao longo do ano de 2016.

De seguida, considerando que se trata de um assunto específico, apresentam-se os resultados em relação à satisfação com a aplicação de apoio à gestão dos centros de custo da FGF, o **GestPro** (Figura 2).

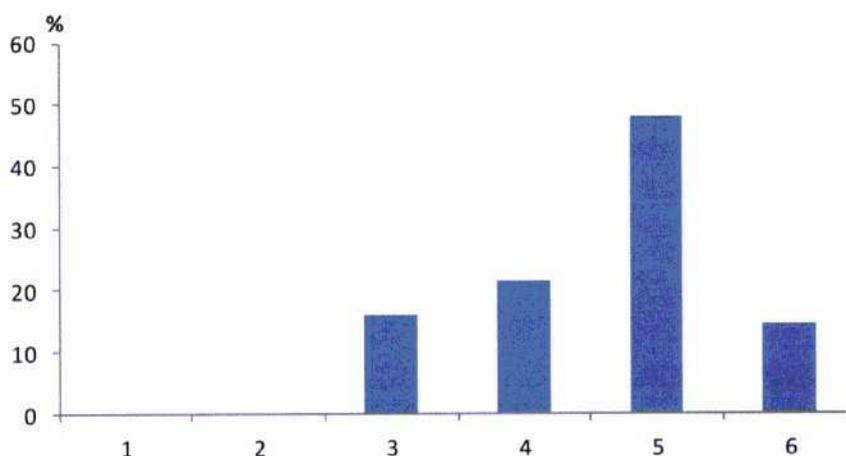


Figura 2. Resultados do inquérito de satisfação em relação à utilidade do programa GestPro.

Considerando que o **GestPro** estava a funcionar há pouco tempo quando o inquérito foi lançado (sensivelmente um mês), optou-se por produzir uma escala própria para as respostas. Assim, os itens 1 a 4 expressam o grau de satisfação relativa à aplicação e os itens 5 e 6 respeitam a duas formas distintas de não utilização, o 5 está associado ao facto de não ter ainda sido usada na altura da recolha de dados (com 48,3% dos

respondentes) e o 6 tem a ver com o facto de não ser pertinente o seu uso para o investigador em causa (com 14,3%).

Quer dizer, sensivelmente um terço dos investigadores tinha já usado o **GestPro** um mês após o seu lançamento. De entre estes, correspondendo a 21 casos, todos indicaram que esta aplicação é relevante para as suas necessidades seja com alguns problemas (item 3, 12 casos) seja de forma plena (item 4, 9 casos). Não se verificaram, portanto, casos de insatisfação com a Aplicação (itens 1 e 2).

5. ANÁLISE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2016

No âmbito da prossecução dos seus objetivos estratégicos e fins institucionais, a FGF desenvolveu as atividades seguidamente apresentadas.

5.1. Projetos de investigação

Em 2016 confirmou-se o dinamismo dos investigadores da UAc através do número de candidaturas a projetos de investigação e prestações de serviços submetidas pela FGF a diversas entidades financiadoras.

No que respeita a projetos de investigação (PI), durante o ano de 2016 foram submetidas 61 candidaturas, tendo sido aprovadas 34 com um financiamento global de 744.740,39 € (Figura 3). A maior parte deste financiamento corresponde aos projetos PCT-MAC com um valor global a rondar os 400.000,00€ (Figura 3). De referir que embora estes projetos sejam financiados a 85% pela EU, a DRCT comprometeu-se a transferir para a FGF a participação correspondente ao financiamento próprio (15%). O número de candidaturas a PI e o montante aprovado diminuiu significativamente em relação a 2015 (207 candidaturas), o que se ficou a dever ao facto de em 2015 terem aberto dois concursos, um da FCT e outro coordenado pela GRA (PO Açores 2020).

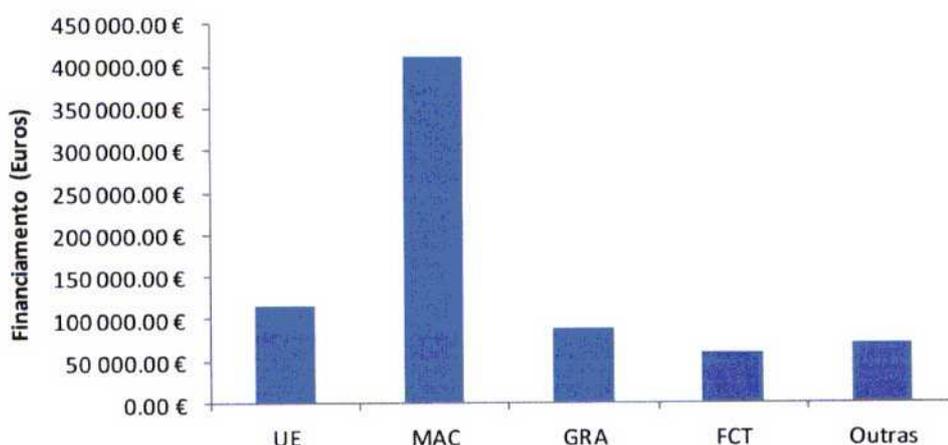


Figura 3. Candidaturas de projetos de investigação submetidas pela FGF e aprovadas em 2016 por entidade de financiamento.

5.2. Desenvolvimento de prestações de serviços de Investigação a diferentes entidades públicas e privadas

No que respeita a prestações de serviços, foram formalizados 15 novos contratos em 2016, num montante global de 304.397,91€. Em relação ao ano anterior, houve uma diminuição do número de contratos formalizados (21) e do correspondente montante contratualizado (632.028,31€).

5.3. Atribuição de Bolsas de Investigação Científica

Em 2016 a FGF registou 33 contratos de bolsas, mais 4 do que em 2015, sendo a maioria de mestre (15) e de licenciado (13) (Figura 4), correspondendo a um volume médio mensal de vencimentos de 28.270,00€, ligeiramente inferior a 2015 (31.645,00€). Estes contratos foram celebrados no âmbito de projetos de investigação ou de prestações de serviços.

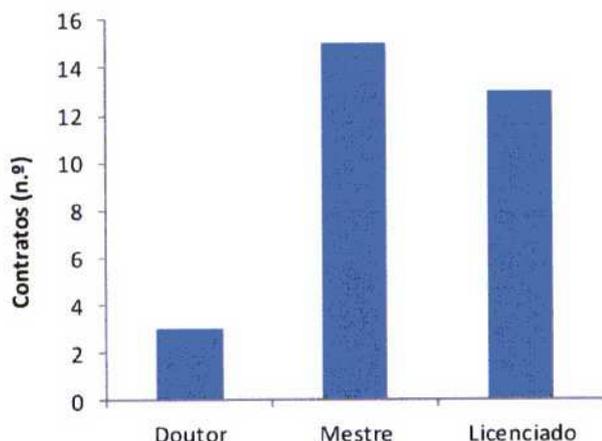


Figura 4. Número de contratos de bolsas de doutor, mestre e licenciado, celebrados pela FGF em 2016.

No que respeita às fontes de financiamento que suportam estes contratos, a FCT (38,8%) e o GRA (38,7%) são as principais entidades financiadoras, surgindo depois as de natureza privada (12,9%) e, finalmente, as Europeias com 9,6%.

5.4. Atividades transversais

Em termos de gestão financeira de projetos e prestações de serviço e desenvolvimento, após aprovação do financiamento é atribuído um código interno de

projeto, denominado centro de custos, onde é imputada toda a despesa autorizada, bem como a receita aprovada por rúbricas. Assim sendo, apesar das diferentes tipologias de projeto, considera-se que o número de centros de custos ativos em 2016 é um indicador útil do volume de trabalho desenvolvido pela Fundação.

Em 2016 a FGF passou a gerir 307 centros de custos, sensivelmente o mesmo número que em 2015 (304) (Figura 5). Dos 307 centros de custo ativos em 2016, cerca de 36% correspondem a projetos de investigação, 29% a prestações de serviços e 17,5% a organização de eventos científicos (congressos, workshops, seminários, entre outros) e outras atividades diversas (como publicações).

Em 2016 a FGF prosseguiu com o trabalho de encerramento de centros de custo inativos que já tinha começado em 2015. Durante 2016 foram encerrados 89 centros de custo, um número relativamente inferior a 2015 (101), ano em que a FGF começou a dar especial atenção a este aspeto da gestão.

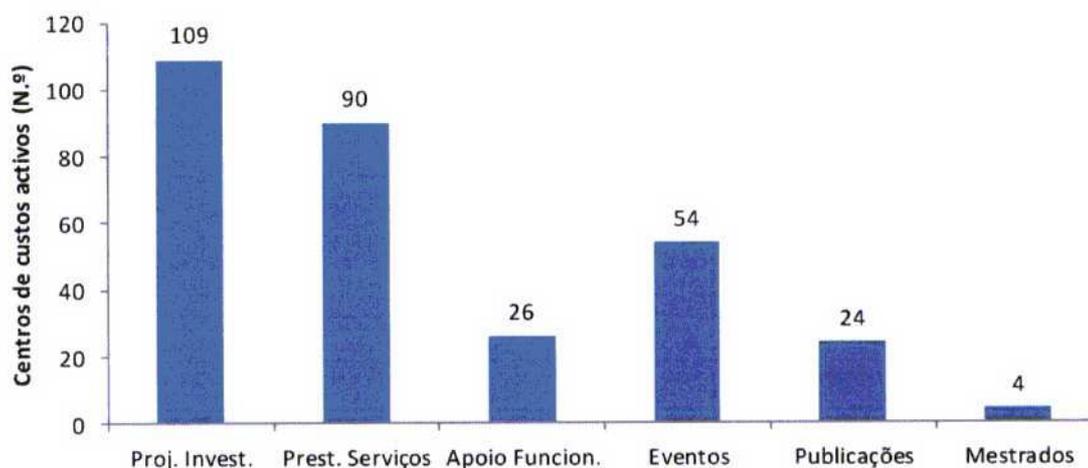


Figura 5. Número de centros de custos ativos em 2016 na FGF, por tipologia de produto.

A receita global cobrada em 2016 ascendeu a 1.971.087,22 euros, tendo sofrido um aumento de 16% face a 2015 (1.698.348,21€) (Figura 6).

Quanto à cobrança de *overheads*, em 2016 a FGF arrecadou 196.298,67€, um montante inferior a 2015 (245.875,24€). Enquanto em 2015 os *overheads* cobrados representaram 14,5% do volume total de receitas cobradas, em 2016 representaram apenas 10%. Esta diminuição ficou a dever-se ao maior volume de projetos de investigação no seu primeiro ano de execução em que não há lugar à cobrança de *overheads* por se entender que se trata de um adiantamento fundamental para o

arranque dos trabalhos e, particularmente, para aquisição de equipamentos. Esta aquisição não pode ser protelada de forma a garantir o seu pagamento integral (depreciação contabilística) durante o período de execução do projeto.

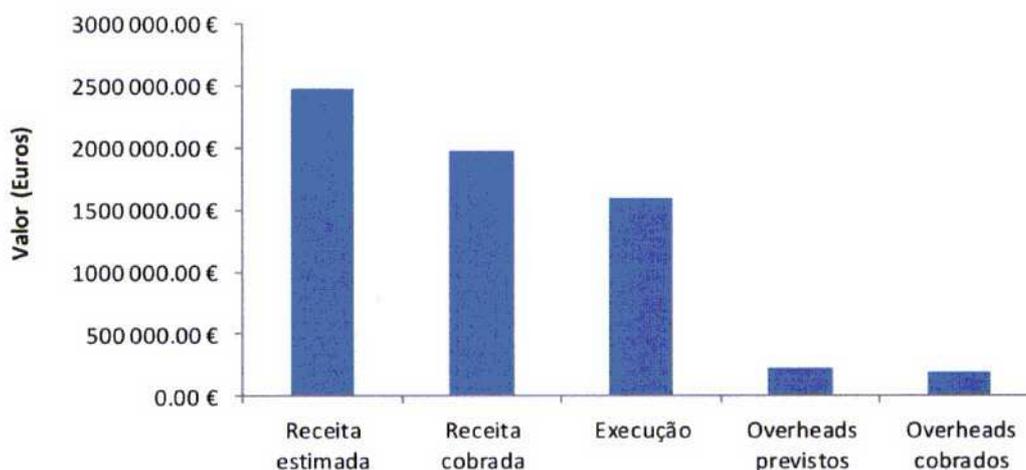


Figura 6. Montante de receita estimada e cobrada, execução, *overheads* previstos e *overheads* cobrados em 2016.

No que respeita à receita arrecadada em 2016, as prestações de serviços representaram 47% (34% em 2015), seguidas dos projetos de investigação com 36% (63% em 2015). Esta tendência também se mantém quando analisamos os *overheads* gerados, correspondendo no caso dos projetos de investigação a 36% (68% em 2015) e 44% no caso das prestações de serviço (Figura 7).

Resulta claro da análise da Figura 7 que os projetos de investigação e as prestações de serviço correspondem à grande maioria da receita arrecadada pela FGF, sendo as restantes tipologias de ações ainda muito residuais. À exceção dos eventos, a maioria dos projetos tem carácter plurianual. De referir que alguns destes produtos (e.g. organização de eventos, apoio à edição de publicações, entre outros), embora de pequena dimensão financeira, quando analisados individualmente, são em grande número e de enorme significado para as atividades da Universidade dos Açores, traduzindo também uma significativa dedicação de tempo por parte da equipa da FGF afeta à gestão de projetos. Assim, apesar dos produtos em causa quase não gerarem *overheads* a FGF presta-se à sua gestão pelos motivos indicados.

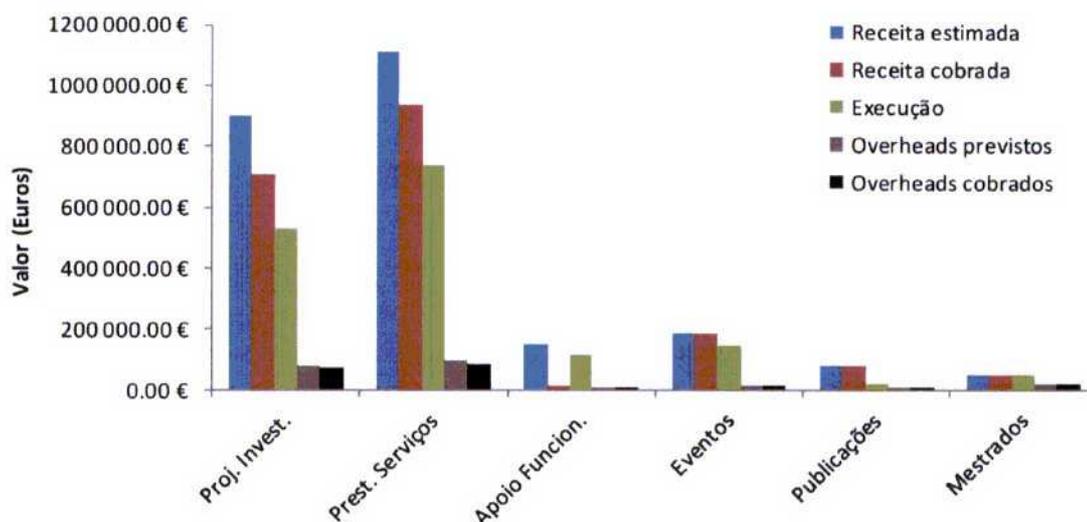


Figura 7. Receita estimada, receita cobrada, execução, *overheads* previstos e *overheads* cobrados durante o ano de 2016 por tipologia de produto.

Quando se analisa a estrutura de receita por área científica da UAc (Figura 8), incluindo a reitoria e a FGF, verifica-se que as áreas correspondentes à Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente (FCAA) e à Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) são as que se apresentam com maior destaque, representando 43,72% e 41,65% da receita global cobrada, respetivamente. Já no que se refere aos montantes de *overheads* cobrados, a tendência inverte-se, com as áreas correspondentes à Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente (FCAA) a gerarem 39%, ao passo que as da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) são responsáveis por cerca de 50% (Figura 8).

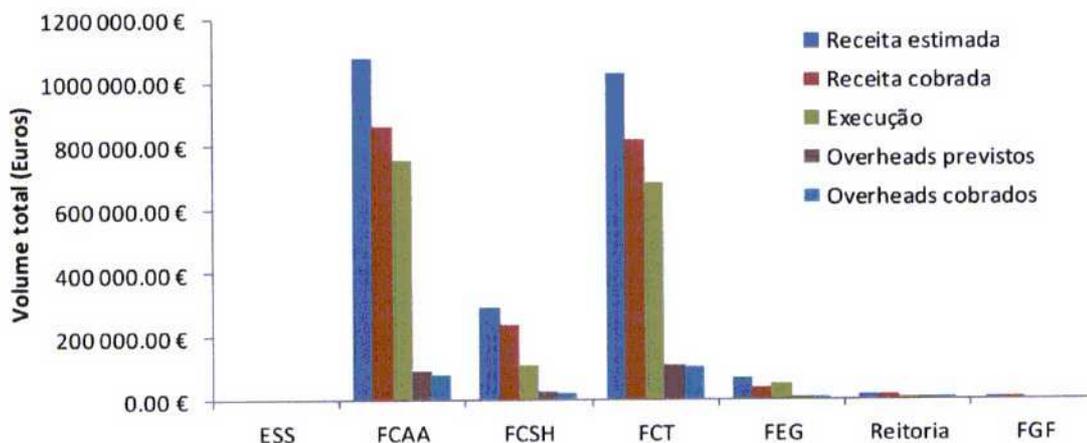


Figura 8. Volume total de receita estimada, receita cobrada, execução, *overheads* estimados e *overheads* cobrados durante o ano de 2016 por área científica da UAc, Reitoria e FGF.

Atentando apenas ao volume de receita dos projetos de investigação, esta é maior nas áreas científicas que correspondem à Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) (Figura 9).

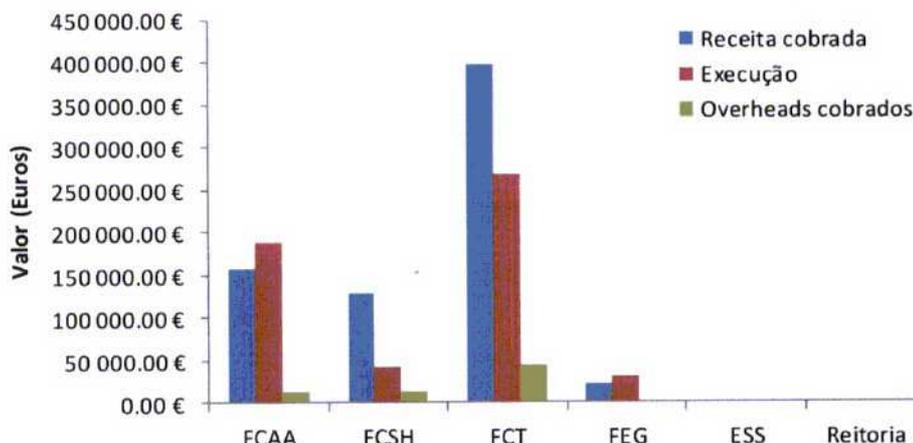


Figura 9. Projetos de investigação e desenvolvimento. Receita cobrada, execução e *overheads* cobrados durante o ano de 2016 por área científica da UAc, Reitoria e FGF.

Quanto às prestações de serviços, embora se concentrem nas áreas científicas correspondentes a ambas as faculdades (FCAA e FCT), o volume de receita e dos respetivos *overheads* é superior nas áreas da FCAA (Figura 9).

O volume de receita correspondente à organização de eventos (cerca de 200.000,00€) é bastante superior nas áreas correspondentes à FCAA. Porém, esta grande diferença é pontual pois corresponde, quase exclusivamente, à organização do Congresso *International Island Biology*. Este evento, organizado pelo Grupo de Biodiversidade dos Açores (GBA), trouxe à ilha Terceira mais de 400 participantes. Embora se trate de uma tipologia de ação sem *overheads* (imposição do GRA), a FGF aplica uma taxa de 15% às inscrições em eventos, o que justifica os cerca de 13.000,00€ em *overheads* cobrados (Figura 10) nesta tipologia, sobretudo resultantes deste Congresso.

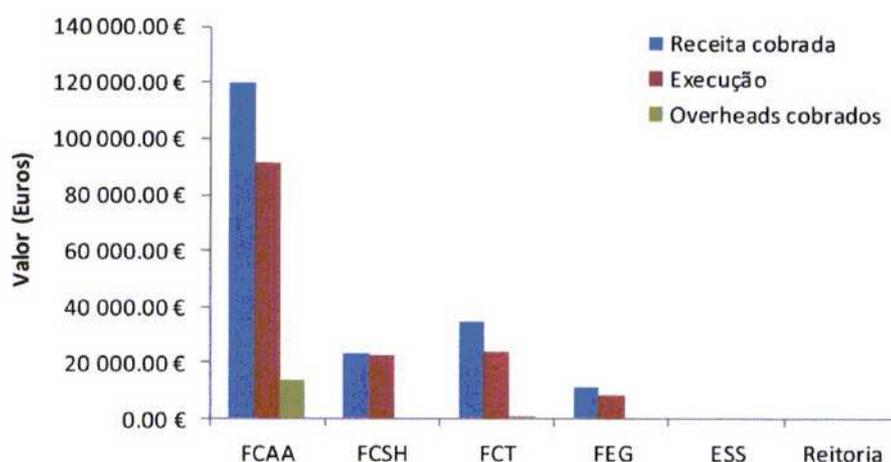


Figura 10. Eventos. Receita cobrada, execução e *overheads* cobrados durante o ano de 2016 por área científica da UAc, Reitoria e FGF.

As publicações representaram em 2016 uma receita de 78.826,95 €, e 5300,00€ de *overheads* cobrados (Figura 11). Embora não se trate de uma ação que tradicionalmente represente um montante de receita tão elevado, sendo até muito residual em anos transatos, em 2016 foi fortemente influenciada pela publicação de várias obras financiadas pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD). Esta ação decorreu nas áreas científicas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) (Figura 11).

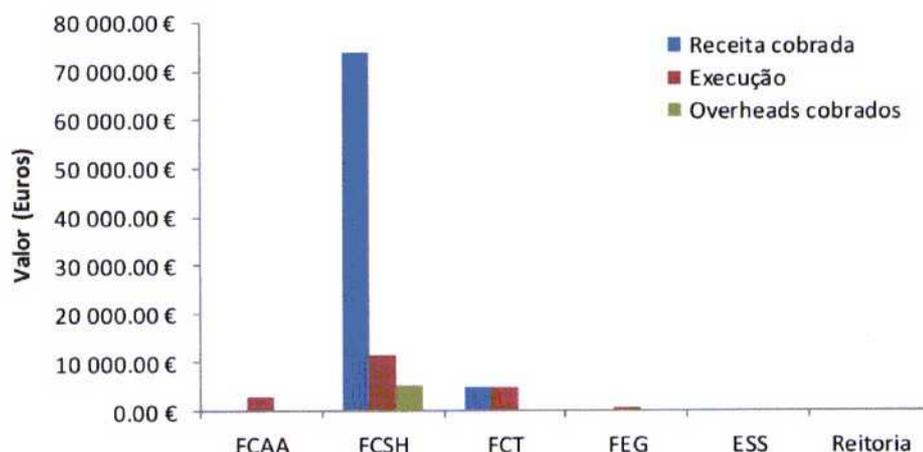


Figura 11. Publicações. Receita cobrada, execução e *overheads* cobrados durante o ano de 2016 por Unidade Orgânica da UAc, Reitoria e FGF.

Quando analisada a receita em relação aos projetos de investigação (PI) e prestações de serviços (PS) por fonte de financiamento, as fontes de financiamento

privadas e autarquias (outras fontes de financiamento) apresentam-se como as mais relevantes (40%), seguidas pelos organismos do Governo Regional dos Açores (31%) (e.g. Secretarias e Direções Regionais), pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia I.P. (19%) e, por último, pela União Europeia (10%) (Figura 12). No respeitante aos *overheads* arrecadados pela FGF das duas principais fontes de financiamento, os provenientes do GRA representam 42%, enquanto os das outras fontes de financiamento (privadas e autarquias) representam 40%. Esta inversão face à receita cobrada deve-se às taxas de *overheads* diferenciadas para projetos de investigação e prestação de serviços sendo, em média, menores nas últimas. Os restantes cerca de 18% resultam dos projetos de investigação financiados pela FCT e pela EU.

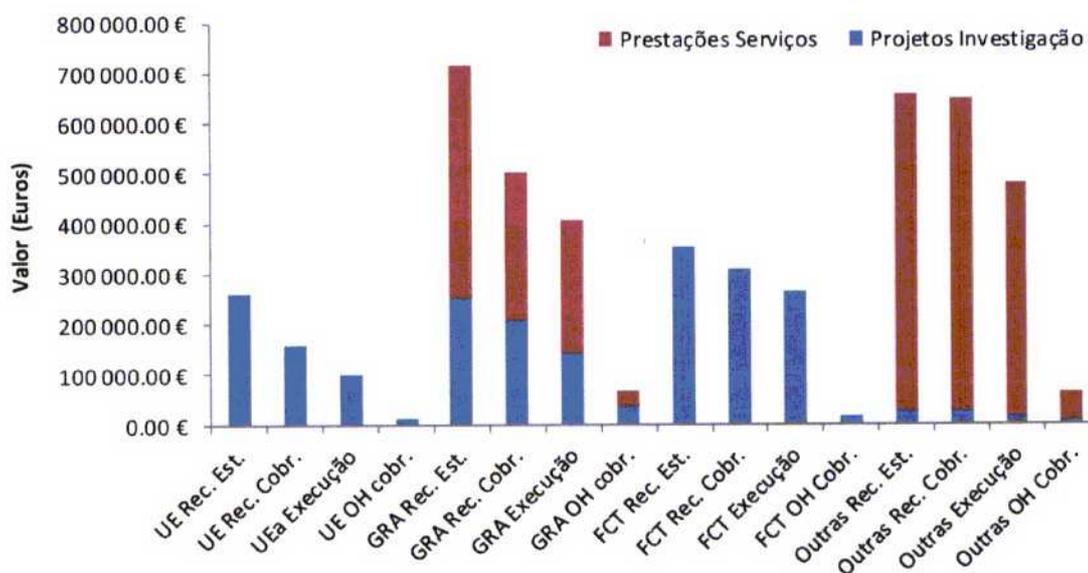


Figura 12. Receita estimada, receita cobrada, execução e *overheads* cobrados dos projetos de investigação e prestações de serviços por fonte de financiamento.

O volume de faturação emitida em 2016 é também um indicador do volume de trabalho realizado, em particular nas atividades relacionadas com as prestações de serviço de investigação e desenvolvimento e inscrições em eventos. Assim, de um total de 847 documentos de despesa/receita emitidos pela FGF em 2016 (319 em 2015), 754 (90%) respeitam a faturas/recibo (Figura 13a), correspondendo a pagamentos de inscrições em cursos livres e em eventos (e.g. congressos e seminários) geridos pela FGF. Os restantes 93 (10%) respeitam a faturas a crédito que, embora em menor número, representam a maioria da receita (84%), expressando, em particular, a dinâmica de

execução material das prestações de serviços (Figura 13b). A maioria dos montantes correspondentes às faturas a crédito em dívida a 31/12/2016, têm origem em organismos do Governo Regional dos Açores.

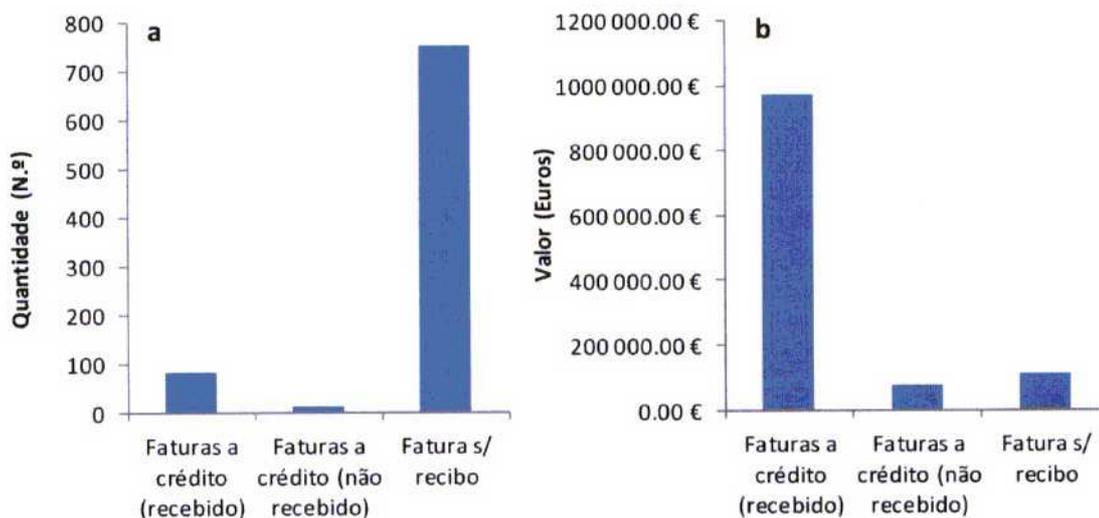


Figura 13. a) nº de faturas a crédito, recebidas e não recebidas, e faturas/recibo emitidos; e b) montante global (sem IVA) por tipologia de documentos de receita emitidos; em 2016 pela FGF.

6. RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2016 o número de funcionários e colaboradores afetos à FGF era de 10 (dez), sendo 4 (quatro) em regime de avença, 5 (cinco) com contrato por tempo indeterminado, e ainda a Vogal do Conselho Diretivo, que exerce funções a tempo inteiro desde outubro de 2015. Face ao ano de 2015, o número médio de funcionários foi inferior em 1 (um) contratado.

Na estrutura de funcionamento da Fundação estão afetos 4 (quatro) pessoas em regime de avença e 2 (dois) com contrato por tempo indeterminado. Os restantes 3 (três) contratados por tempo indeterminado, 2 (dois) estão afetos a projetos e 1 (um) a prestação de serviços cuja entidade de gestão é a FGF.

O número de pessoas afetas à Fundação foi variável ao longo do ano consoante os projetos de investigação e as prestações de serviço em curso.

Os gastos com o pessoal estão em detalhe na Figura 14 e na Tabela 1, e como se poderá verificar, registou-se um aumento face ao ano anterior, apesar de ficar aquém de valores registados em anos anteriores.

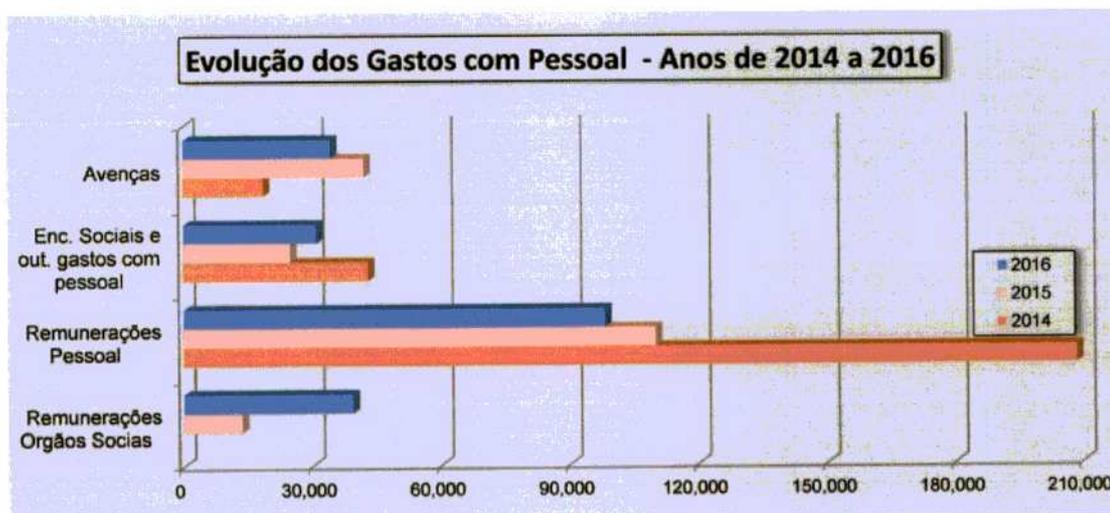


Figura 14. Gastos com pessoal no período compreendido entre 2014 e 2016.

Tabela 1. Gastos com pessoal no período compreendido entre 2014 e 2016. a) sem significado.

	2014	2015	Var. %	2016	Var. %
1. Pessoal do Quadro a Contrato					
Remunerações Órgãos Sociais		13,534.22		39,350.16	a)
Remunerações Pessoal	208,402.95	109,893.96	-47.27%	98,182.26	-10.66%
Enc. Sociais e out. gastos com pessoal	42,951.57	24,801.04	-42.26%	30,977.63	24.90%
Sub - Total	251,354.52	134,695.00	-46.41%	168,510.05	25.10%
2. Pessoal Sub-contratado					
Avenças	18,606.96	42,051.87	126.00%	34,297.81	-18.44%
Sub - Total	18,606.96	42,051.87	126.00%	34,297.81	-18.44%
3.Total (1+2)	269,961.48	176,746.87	-34.53%	202,807.86	14.74%

A remuneração indicada para os Órgãos Sociais, refere-se à Vogal do Conselho Diretivo que iniciou funções a tempo inteiro a partir do mês de outubro de 2015. Nos valores indicados incluem-se estimativas de subsídios de férias, férias e respetivos encargos referentes ao ano de 2016 a liquidar no ano de 2017. As variações dos gastos com pessoal devem-se, sobretudo, ao número de contratados nas áreas funcionais dos projetos de investigação e da prestação de serviços.

7. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O orçamento de 2016 traduz a execução que se realizou com base na receita que se conseguiu arrecadar no ano em análise, e reflete a execução de projetos de investigação transitados e a concretização de novos protocolos e prestações de serviços aprovados até 31-12-2016. Relaciona, portanto as receitas obtidas e as despesas realizadas pela Fundação no ano transato, numa ótica orçamental.

São cinco as fontes de financiamento (FF), a saber:

FF 319 – Receitas Gerais, onde se incluem os projetos financiados pela Fundação da Ciência e Tecnologia, IP.

FF 422 – Feder - Transnacional, onde se incluem os projetos cofinanciados ao abrigo do PCT MAC – Interreg 2013 e PO Açores 2020;

FF 480 – Outros - financiamento da União Europeia, onde se incluem os projetos cofinanciados ao abrigo do Horizonte 2020;

FF 510 – Receita Própria do Ano, onde se incluem as prestações de serviços de investigação e desenvolvimento.

FF 540 – Transferências de Receitas Próprias entre Organismos, onde se incluem cofinanciamento de entidades regionais e nacionais.

A fonte de financiamento de maior expressão com impacto orçamental ao nível de receita cobrada recai sobre a FF 510, com receitas provenientes de atividades de prestação de serviços de consultadoria-científica, inscrições de realizações de eventos de promoção da investigação científica e outras receitas de valor residual, tais como análises laboratoriais. A fundação enquadra-se na atividade 202, relacionada com a atividade de ciência e tecnologia.

De entre as despesas de funcionamento da Fundação, suportadas com receitas próprias arrecadadas em 2016, destacamos maioritariamente as seguintes:

- Aplicação em despesas de funcionamento com pessoal próprio e serviços de consultadoria jurídica e fiscal;

- Conclusão do processo de implementação da solução informática integrada “Primavera ERP Public Sector”;
- Adjudicação da fase de pós-implementação (assistência técnica) da solução informática integrada “Primavera ERP Public Sector”;
- Realização de obras de impermeabilização da cobertura do teto das instalações da FGF;
- Reforço do equipamento administrativo e modernização do parque informático.

Informação com maior detalhe é apresentada no Anexo II – orçamento de despesa prevista e executada em 2016 e no Anexo III – Orçamento de receita prevista e executada em 2016.

Comparativamente ao orçamento previsional inicial, as FF 422, FF 480, FF 510 e FF 540 apresentam variações de receita cobrada e despesa executada positivas explicada fundamentalmente pelo arranque de novos projetos de investigação e prestações de serviços ainda não homologadas à data da feitura da proposta de orçamento para 2016 e com execução já em pleno ano de análise.

Ao invés, a FF 319 apresenta uma variação negativa significativa face a um excesso de estimativa de execução para 2016 e ao início em larga escala de novos projetos de investigação somente no 2º semestre de 2016, e conseqüentemente recebimentos tardios dos adiantamentos iniciais.

8. INVESTIMENTOS

A FGF realizou, no ano de 2016, um total de investimentos em equipamentos superior a 74 mil euros, ao nível dos valores registados no ano anterior (76 mil euros). Estas aquisições efetuadas no exercício referem-se sobretudo a equipamento básico e administrativo, nomeadamente

➤ Equipamento Básico.....	22.354€
➤ Equipamento Transporte	6.000€
➤ Equipamento Administrativo	42.057€
➤ Ferramentas e Utensílios	4.126€

Os valores realizados destinam-se às atividades de prestação de serviços e dos projetos de investigação, sendo por isso no último caso financiados pelas várias entidades gestoras.

Para o próximo ano, encontram-se previstos investimentos em equipamentos para diversas atividades em execução, dependendo da execução dos contratos de prestação de serviços e das medidas aprovadas no âmbito dos projetos de investigação.

9. FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE

A FGF nas despesas de investimento e funcionamento tem recorrido essencialmente aos subsídios e apoios para os diversos projetos que gere, e aos resultados gerados da prestação de serviços e do rendimento de juros de depósitos bancários.

Desta forma, não tem recorrido a financiamentos externos, nomeadamente a financiamentos bancários.

Quanto às atividades de projetos de investigação e bolsas de investigação, estas são financiadas por entidades externas, ao abrigo de fundos comunitários, programas governamentais e contribuições de entidades públicas e privadas regionais, nacionais e internacionais.

Neste sentido, podemos concluir que a Fundação apresenta uma situação financeira equilibrada, alicerçada na solidez e autonomia financeira. Destacam-se os resultados positivos obtidos nos anos de 2015 e de 2016, apesar da redução registada no último ano, quando comparados com os períodos homólogos, onde se haviam registado prejuízos, consulte-se para o efeito o Anexo IV.

Os resultados de exploração do presente exercício são, contudo, reveladores da atividade operacional, fruto do incremento das prestações de serviços. Ao nível das medidas de investigação, assinala-se a fase de transição do quadro comunitário de apoio e das restrições governamentais aos programas de apoio à investigação e ciência. Destacam-se, contudo, o aumento de submissões de candidaturas e aprovações de novos projetos, apesar das restrições sentidas ao nível das transferências de verbas. Estas condicionantes constituíram desafios ao Conselho Diretivo, que desenvolveu uma gestão coerente e condicionada, de modo a garantir a execução dos compromissos assumidos e baseados na prévia aprovação e recebimento por parte das entidades financiadoras ou contratantes.

De destacar ainda o desenvolvimento de variadas ações no âmbito da colaboração institucional com a Universidade dos Açores, no âmbito de projetos de investigação e de eventos contratualizados com diferentes entidades financiadoras, cuja execução foi

garantida pela FGF, no âmbito dos acordos de cedência de posição contratual celebrados em exercícios económicos anteriores, dos quais ainda se encontram um número residual em fase final de execução e encerramento.

Os montantes contratualizados por executar em 31 de dezembro de 2016 ascendiam a 4 milhões de euros (mais cerca de 2,5 milhões de euros face aos 1,5 milhões de euros do ano de 2015), destacando-se as medidas no âmbito do PO Açores 2020. Deste montante, encontravam-se por receber das diferentes entidades financiadoras em valor superior a 3,9 milhões de euros (mais 2,4 milhões de euros face aos 1,5 milhões em 2015).

Neste sentido, a disponibilização das verbas pelas entidades financiadoras dos projetos é fundamental para garantir a cobertura financeira da execução dos mesmos. Prevê-se o aumento da execução das medidas de apoio à investigação nos anos de 2017 e de 2018, com a plena operacionalização dos diferentes eixos de apoio no âmbito do quadro comunitário de apoio e sobretudo a disponibilização dos apoios financeiros aprovados.

10. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A FGF encontra-se em situação financeira estável, quando comparados os ativos com os capitais próprios que apresenta.

O resultado apresentado no exercício, quando comparado com os anos transatos, permitiu a manutenção de resultados líquidos positivos, muito embora registre uma diminuição considerável (11.622 euros em 2016 face a 171.464 euros registados em 2015). O nível das responsabilidades assumidas pela Fundação na execução dos projetos próprios e decorrentes da cedência pela Universidade dos Açores, registou um aumento em cerca de 2,5 milhões de euros (+ 162%), enquanto os valores aprovados e ainda não recebidos das entidades financiadoras, sofreram um aumento homólogo de aproximadamente 2,4 milhões de euros (+156%).

O ativo líquido totalizou o valor de 6,606 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 63% (2,56 milhões de euros), quando comparado com o valor de 4,044 milhões de euros do ano anterior. Esta variação deve-se sobretudo ao aumento nas rubricas de outros créditos a receber e de outras dívidas a pagar, que registam os contratos em dívida por parte das entidades financiadoras e os valores por executar dos projetos de investigação, e que ultrapassavam àquela data os valores de 3,9 milhões de euros e 4,05 milhões de euros, respetivamente.

Os clientes em dívida registaram um aumento significativo (34%) face aos valores registados no ano anterior, o que se explica pelo crescimento da rubrica de prestação de serviços (35%).

O ativo não corrente, referente aos bens de imobilizado, registou uma redução (37%), considerando as aquisições de equipamentos face às depreciações anualmente efetuadas.

Os depósitos bancários em 31 de dezembro de 2016 registaram um aumento de 13% face ao período anterior.

O passivo total ultrapassou 4,8 milhões de euros, o que representa um aumento de 121% (2,64 milhões euros), quando comparado com o valor de 2,17 milhões de euros do ano anterior. Esta variação justifica-se pelo aumento da rubrica de outras contas e dívidas

a pagar, resultante dos compromissos por executar de projetos e eventos, assumidos pela Fundação. Esta última rubrica registava um saldo superior a 4,03 milhões de euros, quando comparado com os 1,53 milhões euros em 2015 (mais 162%).

Os valores em dívida a fornecedores em 31 de dezembro 2016, não ultrapassaram os 3 mil euros.

Considerando que a maior rubrica do passivo é a execução dos protocolos e contratos assumidos, ressalva-se a importância do fluxo de recebimentos contratados e contabilizados no ativo da Fundação, como maior garante do cumprimento da execução dos contratos celebrados com projetos e eventos.

A rubrica de Capital Próprio, registou um decréscimo de 80 mil euros (4,2%), reflexo da redução da rubrica de subsídios ao investimento (Outras variações nos fundos patrimoniais).

A situação líquida resumida da FGF está representada na Tabela 2.

Tabela 2. Situação líquida resumida da FGF

RÁCIOS	2014	2015	2016
Autonomia Financeira (Cap. Próprio / Total Ativo Liq.) * 100	42%	46%	27%
Cobertura Imobilizado (Cap. Perman. / Total Ativos Fixos Liq.) * 100	343%	456%	693%

A autonomia financeira registou uma redução face ao ano anterior em cerca de 19 pontos percentuais. O nível atingido permite a cobertura de 27% do ativo líquido da Fundação, considerando os passivos assumidos e a dependência dos financiadores externos para a solvência dos mesmos. Destaque para a diminuição registada neste rácio, resultante do aumento das rubricas do ativo e do passivo, ao invés da redução dos capitais próprios, decorrente do decréscimo da rubrica de subsídios ao investimento.

Ao nível da cobertura do imobilizado, o rácio é bastante positivo, uma vez que todos os ativos imobilizados encontram-se cobertos por capitais próprios em mais de 6,9 vezes. Este indicador, melhorou significativamente nos últimos anos, traduzindo a capacidade de a Fundação financiar as aquisições dos mesmos por subsídios ao investimento obtidos ou por resultados de exploração gerados pela Fundação. Contudo,

este rácio encontra-se condicionado aos reduzidos níveis de investimento registados nos últimos dois exercícios.

11. EVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS E GASTOS

Ao nível dos rendimentos e gastos, o ano de 2016 registou um ligeiro aumento do nível de rendimentos (4,9%), enquanto os gastos registaram um crescimento mais expressivo (15,6%). Estas variações, decorrentes sobretudo da atividade operacional, permitiram apresentar um resultado operacional positivo, à semelhança do ano de 2015, mantendo-se a inversão dos resultados negativos registados nos anos de 2012 a 2014 (Figura 15).



Figura 15. Evolução da atividade entre 2012 e 2016.

O ano de 2016 registou um aumento do nível da execução de gastos, associados à execução de projetos, eventos e prestação de serviços, quando comparado com o ano anterior.

Quanto ao nível de Gastos, o ano de 2016 registou um total de 1,8 milhões de euros, o que representa um aumento de 15,6% face ao ano de 2015 com 1,57 milhões de euros.

Na Figura 16, apresenta-se a estrutura de gastos da Fundação no corrente exercício.

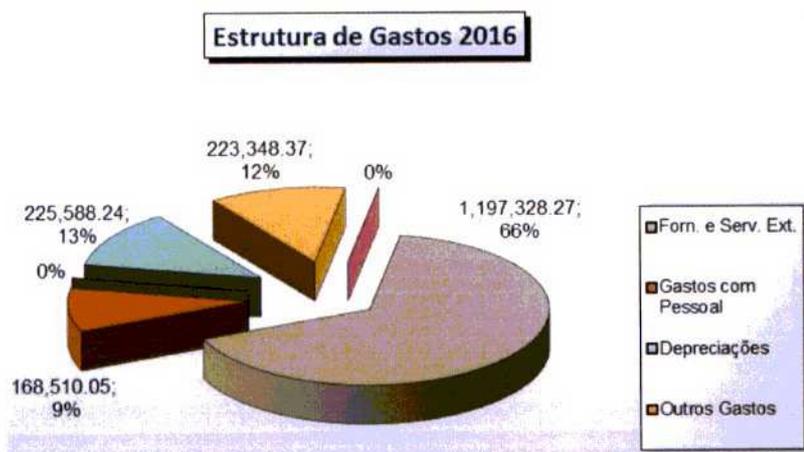


Figura 16. Estrutura de gastos da Fundação no corrente exercício (2016).

De acordo com a Figura 17, a rubrica de gastos com maior contribuição é a de Fornecimentos e Serviços Externos (66%), seguindo-se os Outros Gastos e Perdas (12%), onde se incluem os encargos com bolsheiros, as Amortizações e Depreciações (13%) e os Gastos com Pessoal, exceto avenças, (9%).

Tendo em consideração a atividade desenvolvida, destaca-se o reduzido peso dos gastos com pessoal. De registar no ano de 2016 a manutenção do peso percentual das tipologias na estrutura de gastos de funcionamento.

Os gastos de funcionamento da estrutura administrativa da FGF, nos anos de 2015 e de 2016, estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3. Gastos de funcionamento da estrutura administrativa da FGF nos anos de 2015 e de 2016.

Rubricas	2015	2016	Var. %
Despesas de Capital	666.49	3473.42	421.15%
Despesas com Pessoal	66,941.03	108,531.83	62.13%
Aquisição de Serviços	72,263.67	100,566.77	39.17%
Aquisição de Bens	5,961.38	5,858.77	-1.72%
Total	145,832.57	218,430.79	49.78%

Na Figura 17, apresenta-se a distribuição percentual das rubricas de despesas de funcionamento da Fundação.

Gastos de Estrutura - Ano de 2016

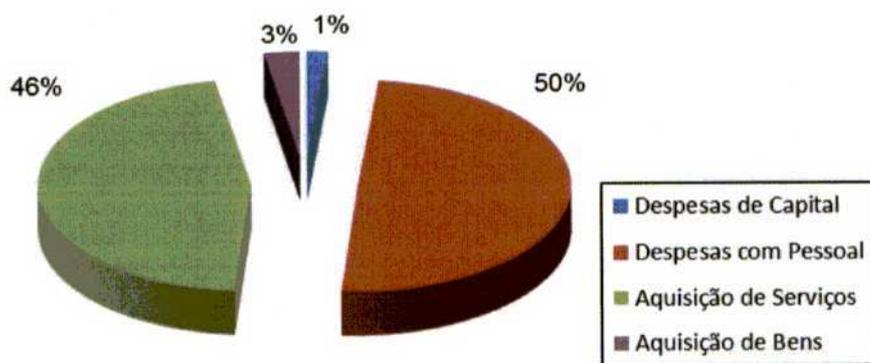


Figura 17. Distribuição percentual das rubricas de despesas de funcionamento da Fundação.

Quanto à estrutura de Rendimentos, no ano de 2016 totalizaram 1,82 milhões de euros, o que representa um aumento de 4,8%, face ao ano anterior, com 1,74 milhões de euros.

A estrutura de Rendimentos da Fundação no ano de 2016 é apresentada na Figura 18.

Estrutura de Rendimentos 2016

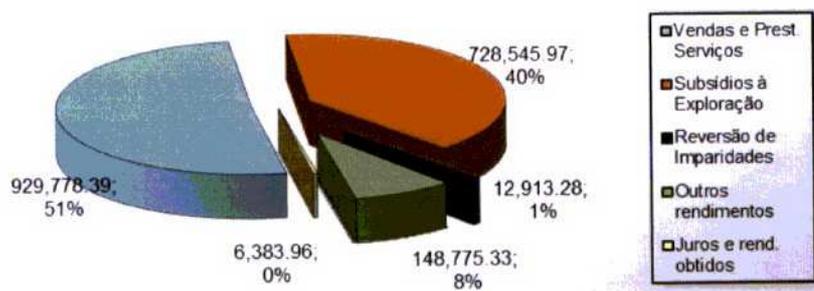


Figura 18. Estrutura de Rendimentos da Fundação no ano de 2016.

Ao nível dos Rendimentos, de destacar a maior contribuição por parte da Prestação de Serviços (51%) e dos Subsídios à Exploração (40%).

Comparativamente com os últimos dois anos, podemos desde logo assinalar o aumento do peso percentual da prestação de serviços na estrutura total de rendimentos

(33% em 2014 e 40% em 2015), em contrapartida com os subsídios à exploração (56% em 2014 e 50% em 2015).

Seguem-se os Outros Rendimentos (8%), provenientes da imputação anual dos subsídios para aquisição de equipamentos, as Reversões de Imparidades (1%), decorrentes do recebimento de créditos de cobrança duvidosa de clientes, e os Ganhos Financeiros (menos de 1%), resultantes dos juros bancários obtidos.

A estrutura de rendimentos operacionais acentua a tendência dos anos anteriores, no sentido da diminuição de apoios e de subsídios face às receitas da prestação de serviços, sendo o peso percentual dos Subsídios à Exploração no exercício de 2016 de 40%.

A gestão das receitas e da tesouraria da FGF tem assim exigido uma adequação da execução dos gastos associados à especialização dos subsídios recebidos e das prestações de serviços.

Por outro lado, e apesar do crescimento dos serviços prestados no ano de 2016, a Fundação vê-se na contingência de racionalizar gastos de funcionamento e de apoio a outras atividades que não beneficiem de apoios e medidas de financiamento externos, bem como dos condicionamentos associados ao recebimento destas rubricas de rendimentos.

De modo a averiguar-se a evolução das rubricas de gastos e de rendimentos face ao ano anterior, na Tabela 4 são apresentados os valores comparativos entre o ano de 2015 e o de 2016.

Da análise da Tabela 4, destacam-se desde logo a diminuição nas rubricas de Rendimentos, com destaque para os Subsídios à Exploração (-17%), Outros Rendimentos (-8%), ao qual se encontra associado a imputação de subsídios ao investimento e nos juros obtidos no exercício (-40%). Destaca-se o aumento registado na Prestação de Serviços (35%).

Ao nível dos gastos, os aumentos registados nas rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos (16%) e Gastos com Pessoal (14%) refletem a maior atividade operacional da FGF sobretudo associada às atividades de prestação de serviços e eventos.

Tabela 4. Evolução das rubricas de gastos e de rendimentos face ao ano anterior: comparativo entre os anos de 2015 e 2016. a) sem significado.

Gastos e Perdas	2015	2016	Var. %
Forn. e Serv. Ext.	1,025,140.19	1,197,328.27	16.80%
Gastos com Pessoal	148,229.22	168,510.05	13.68%
Imparidades Div. a Receb.	0.00	0.00	a)
Depreciações	192,057.43	225,588.24	17.46%
Outros Gastos	204,909.63	223,348.37	9.00%
Gastos e Perd. Financ.	0.00	0.00	a)
Totais	1,570,336.47	1,814,774.93	15.57%
Rendimentos e Ganhos			
Vendas e Prest. Serviços	689,915.23	929,778.39	34.77%
Subsídios à Exploração	878,377.16	728,545.97	-17.06%
Reversão de Imparidades	1,000.00	12,913.28	a)
Outros rendimentos	161,875.45	148,775.33	-8.09%
Juros e rend. obtidos	10,632.79	6,383.96	-39.96%
Totais	1,741,800.63	1,826,396.93	4.86%

Quanto aos Rendimentos e Ganhos Financeiros, no que se refere aos juros, regista-se uma acentuada diminuição, fruto da redução das taxas de juros dos depósitos a prazo.

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos engloba sobretudo os subsídios ao investimento imputados no exercício, uma vez que a maior parcela encontra-se na rubrica de Outras Variações no Capital Próprio, no Balanço, seguindo o princípio contabilístico da especialização do exercício, em que os investimentos realizados são imputados a rendimentos dos exercícios em que são amortizados.

O resultado líquido do exercício foi positivo em cerca de 11 mil euros, fruto do rigor e empenho da Fundação para garantir a execução dos compromissos assumidos, face a um ano de difícil conjuntura económica e financeira, de diminuição de receitas associadas a novos projetos, ao atraso de transferências por parte das entidades financiadoras e à continuidade de dificuldades de operacionalização inerentes à entrada em pleno funcionamento do novo quadro comunitário de financiamento.

De assinalar os gastos de funcionamento decorrentes do novo enquadramento da FGF, Fundação Pública, com implementação de nova aplicação informática e novas regras relacionadas com contratação pública, contabilidade orçamental e novos reportes de informação a diversas entidades que exigiram, quer financeiramente quer operacionalmente um esforço adicional da entidade e seus colaboradores.

Em suma, os resultados obtidos resultaram sobretudo do incremento da prestação de serviços da FGF no ano de 2016. Os resultados obtidos no ano de 2016 foram positivos, invertendo o registo recente de prejuízos entre os anos de 2012 a 2014, apesar de registarem uma diminuição face ao ano transato em cerca de 160 mil euros, quando comparado com os 171 mil euros positivos em 2015.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, com necessidade de incrementar as suas receitas próprias, dada a dependência dos apoios e subsídios para equilíbrio das contas de exploração e capacidade financeira capaz de manter o desenvolvimento do seu objeto social e a execução dos projetos e medidas contratualizadas com as diferentes entidades financiadoras.

O risco incorrido encontra-se na necessidade de assegurar um nível de receitas compatível com a estrutura de gastos e com os níveis de investimento contratualizados, de forma a garantir a cobertura dos encargos de estrutura e assegurar a sustentabilidade da FGF.

A alteração de algumas tipologias de financiamento ao abrigo do atual Quadro Comunitário de Apoio, com a redução de adiantamentos de verbas, vem acrescer o desafio na gestão financeira da Fundação, do qual dependerá o reembolso em prazo aceitável por parte das entidades financiadoras.

12. FISCALIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO

Decorrente dos Estatutos, o Fiscal Único é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da Fundação.

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, no que respeita ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, poderão consultar no anexo V o relatório e parecer deste Órgão, e no anexo VI a respetiva Certificação Legal das Contas.

13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho Diretivo da Fundação Gaspar Frutuoso, FP, propõe que o resultado líquido do exercício de 2016, no valor de 11.622,00€ (onze mil seiscientos e vinte e dois euros) seja transferido para a conta de “Resultados Transitados”.

14. RESUMO E DESAFIOS

Neste ponto retomam-se as questões abordadas neste relatório que, no entender do CD, se constituíram como os principais desafios à gestão da FGF, quer em termos do ano de 2016, quer perspetivados em relação ao ano de 2017.

As mudanças no enquadramento jurídico da FGF e as suas consequências práticas constituem o primeiro dos desafios com que temos vindo a lidar. Desde logo, ainda em 2015, mas com impacto pleno em 2016, regista-se a mudança na lei-quadro das fundações. Acresce a cooptação da FGF para o conjunto de organismos que consolida as suas contas no Orçamento de Estado e a passagem das contas da Fundação para a esfera do IGCP. Em termos práticos, este conjunto de mudanças legais obriga a um maior trabalho de reporte da FGF e a um maior constrangimento nas opções de gestão (incluindo as dos IR's), algo que se traduz num maior volume de trabalho burocrático, designadamente através de novos procedimentos contabilísticos de complexidade acrescida.

O segundo grande desafio para a FGF em 2016 foi o início de um novo ciclo de financiamento comunitário para a investigação. Este início de ciclo colocou essencialmente dois desafios:

- Um de cariz mais burocrático: que teve a ver com o apoio à produção de inúmeras candidaturas, mas também com o arranque das candidaturas aprovadas e o seu funcionamento, muitas com novas regras que foi preciso dominar e partilhar com os IR.

- Outro estritamente financeiro. Sendo 2016 o ano de arranque do PO e de outros projetos europeus, nacionais e regionais isso obrigou a que: i) a FGF adiantasse capitais próprios para o arranque de inúmeros projetos que não tiveram dotação inicial em contaste com anos anteriores; ii) se reduzissem substancialmente os *overheads* de receitas cobradas nos PI (dado que em boa parte se registaram saídas de capitais e não entradas); iii) a existência de escassos reembolsos das receitas próprias adiantadas para o funcionamento dos projetos, quer por causa da fase em que se encontram quer por atrasos nos reembolsos.

É verdade que as prestações de serviços viram o seu volume aumentar e que esse resultado atenuou os impactos negativos do aumento de responsabilidades financeiras nos projetos. Isso deve-se ao facto de os *overheads* nas prestações de serviços serem cobrados à cabeça e de só ser autorizada despesa mediante a existência de liquidez nos respetivos centros de custo. Contudo, mesmo este aumento não foi suficiente para impedir a diminuição dos lucros face ao ano anterior.

Existem outros motivos que levaram aos menores resultados apresentados neste ano. Desde logo a estrutura de custos da fundação sofreu alteração, dada a necessidade de dotar a sua gestão de recursos à altura dos desafios proporcionados pela complexificação do enquadramento legal da FGF e pelo grande incremento do volume de trabalho, ambos assuntos amplamente tratados neste relatório e acima resumidos. Assim, os custos de pessoal na estrutura da Fundação aumentaram 25 816€.

É também de reportar, o aumento das responsabilidades assumidas em relação à universidade em 27 658€, a impermeabilização do telhado do edifício da FGF (três mil euros), bem como a assunção em 2016 de quase todo o prejuízo associado ao pagamento por parte da FGF dos 15% de comparticipação nacional de 4 projetos Interreg da responsabilidade de 4 investigadores da UAc. Essa decisão é anterior a este CD, mas é na vigência da sua gestão que se reflete negativamente nas contas, em 20.671 €.

Desde que este CD tomou posse que a FGF só aceita projetos financiados a 100% dado que se entende que taxas de financiamento menores implicam a degradação das receitas próprias desta instituição, necessárias para adiantar dinheiro a todo o tipo de projetos de investigação.

Para 2017, o principal desafio da FGF tem a ver com o recebimento das importâncias em dívida, para que possa manter liquidez de maneira a poder garantir a execução (adiantamento) dos projetos de investigação.

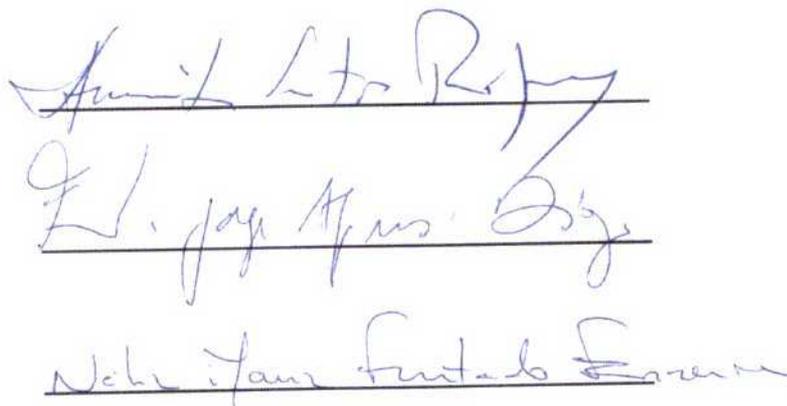
Um desafio complementar, passa por se perceber até onde é que a FGF pode aceitar novos projetos sem comprometer a sua capacidade de financiar os que já estão acordados.

É que se perspetiva que em 2017 o ritmo de novos concursos para PI continue forte e que os projetos contratualizados em 2016 entrem em velocidade de cruzeiro, obrigando a adiantamentos substanciais.

É na relação entre receitas próprias, o reembolso de adiantamentos, o volume financeiro dos compromissos contratualizados e as taxas de execução dos projetos que se jogará a capacidade da FGF de satisfazer os compromissos assumidos e contratualizar novos projetos.

Ponta Delgada, 17 de abril de 2017

O Conselho Diretivo,



Amílcar L. R. R. R.
L. J. J. J. J. J. J.
N. J. J. J. J. J. J.

Assim sendo, considerou-se mais útil, abordar cada temática *per si*, isto é, produzir deliberações ou orientações especificamente sobre uma matéria de interesse que, todas compiladas, constituem o manual de procedimentos da Fundação.

Desta forma, este objetivo não foi cumprido, mas sim reformulado para melhor se adequar à realidade.

OO 2.7: Gerir e publicitar conteúdos na página web, no que concerne a notícias, eventos e projetos I&D (em curso e encerrados), bem como outra informação considerada relevante, devidamente enquadrada nos domínios de intervenção da FGF;

A atualização da página web da FGF tem merecido uma atenção constante ao longo do ano, trabalho que ainda se encontra a ser realizado em colaboração com a Pró-Reitoria para a Comunicação, Imagem e Divulgação da UAc. Considera-se que este objetivo está em execução, dado que, pela sua natureza, não é finalizável.

ANEXO I. EVOLUÇÃO DA RECEITA ESTIMADA E DA RECEITA COBRADA, BEM COMO DO *RATIO* ENTRE AMBAS NO QUE RESPEITA AOS ORGANISMOS DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES (GRA) DESDE 2012 A 2016

Tabela I.1. Evolução da receita estimada e da receita cobrada, bem como do *ratio* entre ambas no que respeita aos organismos do Governo Regional dos Açores (GRA) desde 2012 a 2016.

	2012			2013			2014			2015			2016					
	Receita prevista	Receita cobrada	%	Receita por cobrar														
DRCT	540	ORAA	714 184	488 688	68.43	423 897	361 895	85.37	301 938	235 945	78.14	453 991	453 003	99.78	414 094	238 836	57.68	175 258
Restantes organismos GRA	540	ORAA	106 058	78 183	73.72	157 352	157 352	100.00	262 814	161 464	61.44	177 419	177 419	100.00	71 712	61 712	86.06	10 000
Restantes organismos GRA	422	FEDER	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	101 500	0	0.00	101 500
Restantes organismos GRA	510	ORAA	94 453	76 669	81.17	68 195	47 032	68.97	129 110	55 439	42.94	274 834	98 110	35.70	517 586	284 623	54.99	232 963

* Valores apresentados sem IVA incluído à taxa em vigor

ANEXO II. ORÇAMENTO DE DESPESA PREVISTA E EXECUTADA EM 2016

Tabela II.1. Orçamento de Despesa prevista em 2016

Descrição	319	422	480	510	540	Dotação total
	Receitas Gerais	FEDER Cooperação Transnacional	Outros Financiamento União Europeia	Receita própria do ano	Transf. Receita Própria entre organismos	
Despesas com pessoal	49 200.00 €			151 034.00 €	1 000.00 €	201 234.00 €
Aquisição de bens e serviços	542 050.00 €	29 200.00 €	46 300.00 €	746 066.00 €	167 640.00 €	1 531 256.00 €
Transferências correntes		1 000.00 €		31 000.00 €	16 160.00 €	48 160.00 €
Outras despesas correntes	18 000.00 €	1 000.00 €		20 000.00 €	3 000.00 €	42 000.00 €
Aquisição de bens de capital	49 100.00 €	6 000.00 €	2 000.00 €	25 000.00 €	24 000.00 €	106 100.00 €
Total executado	658 350.00 €	37 200.00 €	48 300.00 €	973 100.00 €	211 800.00 €	1 928 750.00 €

Tabela II.2. Orçamento de Despesa executada em 2016

Descrição	319	422	480	510	540	Dotação total
	Receitas Gerais	FEDER Cooperação Transnacional	Outros Financiamento União Europeia	Receita própria do ano	Transf. Receita Própria entre organismos	
Despesas com pessoal	456.48 €		549.40 €	167 242.04 €	5 758.27 €	174 006.19 €
Aquisição de bens e serviços	175 449.10 €	27 949.55 €	88 615.39 €	830 575.20 €	219 519.19 €	1 342 108.43 €
Transferências correntes			20 829.30 €	116 303.66 €	63 400.84 €	200 533.80 €
Outras despesas correntes	203.77 €	30.19 €	187.77 €	93 581.85 €	273.33 €	94 276.91 €
Aquisição de bens de capital	7 792.93 €	10 612.89 €	150.18 €	42 016.92 €	16 532.93 €	77 105.85 €
Total executado	183 902.28 €	38 592.63 €	110 332.04 €	1 249 719.67 €	305 484.56 €	1 888 031.18 €

ANEXO III. ORÇAMENTO DE RECEITA PREVISTA E EXECUTADA EM 2016

Tabela III.1. Orçamento de Receita prevista em 2016.

Descrição	319 Receitas Gerais	422 FEDER Cooperação Transnacional	480 Outros Financiamento União Europeia	510 Receita própria do ano	540 Transf. Receita Própria entre organismos	Dotação total
Rendimentos de propriedade				15 000.00 €		15 000.00 €
Transferências correntes	609 250.00 €	34 200.00 €	46 300.00 €	2 100.00 €	211 800.00 €	903 650.00 €
Vendas de bens e serviços correntes				956 000.00 €		956 000.00 €
Transferências de capital	49 100.00 €	3 000.00 €	2 000.00 €			54 100.00 €
Total executado	658 350.00 €	37 200.00 €	48 300.00 €	973 100.00 €	211 800.00 €	1 928 750.00 €

Tabela III.2. Orçamento de Receita cobrada em 2016.

Descrição	319 Receitas Gerais	422 FEDER Cooperação Transnacional	480 Outros Financiamento União Europeia	510 Receita própria do ano	540 Transf. Receita Própria entre organismos	Dotação total
Rendimentos de propriedade				5 748.58 €		5 748.58 €
Transferências correntes	185 493.41 €	38 619.93 €	175 544.42 €	235 022.52 €	312 780.84 €	947 461.12 €
Vendas de bens e serviços correntes				1 166 968.39 €		1 166 968.39 €
Transferências de capital						- €
Total executado	185 493.41 €	38 619.93 €	175 544.42 €	1 407 739.49 €	312 780.84 €	2 120 178.09 €

ANEXO IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPETIVAS NOTAS EXPLICATIVAS

Balanço em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

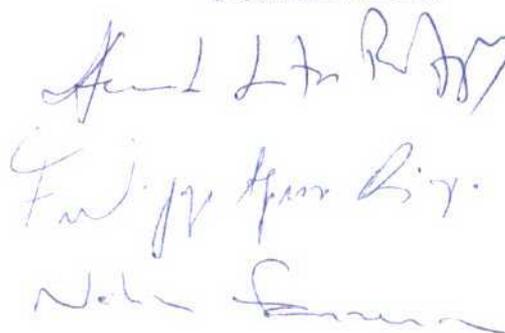
Euros

RUBRICAS	NOTAS	31 Dez 2016	31 Dez 2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	257,227.90	408,200.56
Ativos intangíveis	5	406.43	846.38
Investimentos Financeiros	6	43.69	0.00
		257,678.02	409,046.94
Ativo corrente			
Inventários	7	265.84	341.55
Estado e outros entes públicos	8	3,394.84	1,559.73
Outros créditos a receber	9	4,254,916.49	1,778,435.60
Diferimentos	10	1,083.01	2,191.06
Caixa e depósitos bancários	11	2,089,186.80	1,852,749.82
		6,348,846.98	3,635,277.76
Total do activo		6,606,525.00	4,044,324.70
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12	748,196.85	748,196.85
Reservas	13	1,101,356.84	1,101,356.84
Resultados transitados	14	-204,120.35	-375,584.51
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	15	129,990.36	221,817.15
		1,775,423.70	1,695,786.33
Resultado líquido do período		11,622.00	171,464.16
Total dos fundos patrimoniais		1,787,045.70	1,867,250.49
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	16	2,475.33	0.00
Estado e outros entes públicos	8	26,440.13	28,967.24
Outras dívidas a pagar	17	4,059,391.29	1,573,573.39
Diferimentos	10	731,172.55	574,533.58
		4,819,479.30	2,177,074.21
Total do passivo		4,819,479.30	2,177,074.21
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6,606,525.00	4,044,324.70

O Contabilista Certificado



O Conselho Diretivo



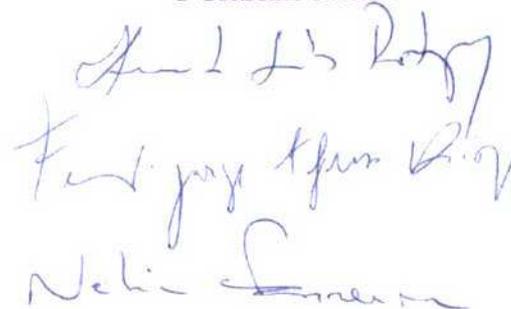
Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Vendas e serviços prestados	18	929,778.39	689,915.23	
Subsídios, doações e legados à exploração	19	728,545.97	878,377.16	
Fornecimentos e serviços externos	20	-1,197,328.27	-1,025,140.19	
Gastos com o pessoal	21	-168,510.05	-148,229.22	
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	12,913.28	1,000.00	
Outros rendimentos	22	148,775.33	161,875.45	
Outros gastos	23	-223,348.37	-204,909.63	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		230,826.28	362,888.80	
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	24	-225,588.24	-192,057.43	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5,238.04	160,831.37	
Juros e rendimentos similares obtidos	25	6,383.96	10,632.79	
Juros e gastos similares suportados				
Resultado antes de impostos		11,622.00	171,464.16	
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período		11,622.00	171,464.16	

O Contabilista Certificado



O Conselho Diretivo



Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

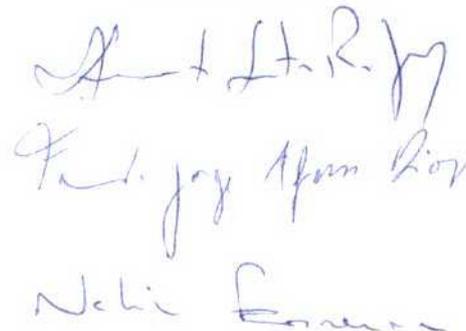
Euro

DESCRIÇÃO	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores						Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
Posição no início de 2015	748,196.85	91,074.66	1,010,282.18	-340,478.64	323,544.21	-35,107.87	1,797,513.39
Saldo inicial reexpresso	748,196.85	91,074.66	1,010,282.18	-340,478.64	323,544.21	-35,107.87	1,797,513.39
Alterações no Período							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				-35,107.87	-101,727.06	35,107.87	-101,727.06
				-35,107.87	-101,727.06	35,107.87	-101,727.06
Resultado Líquido do Período						171,464.16	171,464.16
Resultado Integral						171,464.16	171,464.16
Posição no fim de 2015	748,196.85	91,074.66	1,010,282.18	-375,584.51	221,817.15	171,464.16	1,867,280.49
Posição no início de 2016	748,196.85	91,074.66	1,010,282.18	-375,584.51	221,817.15	171,464.16	1,867,280.49
Alterações no Período							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				171,464.16	-91,826.79	-171,464.16	-91,826.79
				171,464.16	-91,826.79	-171,464.16	-91,826.79
Resultado Líquido do Período						11,622.00	11,622.00
Resultado Integral						11,622.00	11,622.00
Posição no fim de 2016	748,196.85	91,074.66	1,010,282.18	-204,120.36	129,990.36	11,622.00	1,787,045.70

O Contabilista Certificado



O Conselho Diretivo



Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

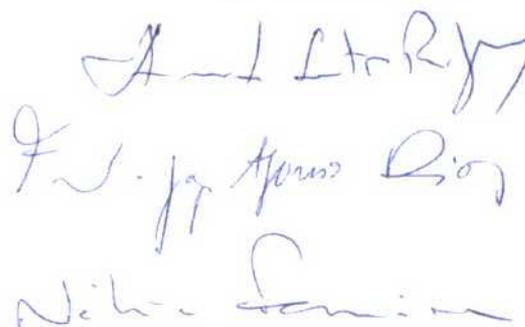
Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2016	31 Dez 2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimento de clientes e utentes		1,019,716.65	680,422.62
Recebimento de subsídios à exploração		826,298.70	1,063,079.42
Pagamentos a fornecedores		-1,203,661.63	-1,272,725.49
Pagamentos ao pessoal		-163,600.07	-142,662.20
Pagamentos de bolsas de investigação		-216,914.82	-198,126.90
Caixa gerada pelas operações		261,838.83	129,987.45
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		0.00	0.00
Outros recebimentos / pagamentos		-2,957.93	-42,875.11
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		258,880.90	87,112.34
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-74,537.32	-76,360.83
Ativos intangíveis			-544.69
Investimentos financeiros		-270,043.69	-380,000.00
		-344,581.01	-456,905.52
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		44,572.26	56,038.07
Juros e rendimentos similares		7,564.83	11,167.74
		52,137.09	67,205.81
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)		-292,443.92	-389,699.71
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2)		-33,563.02	-302,587.37
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		222,749.82	525,337.19
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	189,186.80	222,749.82

O Contabilista Certificado



O Conselho Diretivo



ANEXO AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

1. Nota introdutória

A "Fundação Gaspar Frutuoso, FP", adiante designada por "Fundação" é uma Fundação Pública de Direito Privado dotada de personalidade jurídica, órgãos e património próprios e de autonomia administrativa e financeira, que se rege pelos seus estatutos, regulamentos internos, lei-quadro das fundações e demais legislação aplicável, conforme o artigo I dos mesmos, publicados em Diário da República, 2ª série, nº 191 de 30 de setembro de 2015. Foi constituída por escritura de 4 de Março de 1999 e tem utilidade pública concedida por despacho do Presidente do Governo dos Açores de 29 de Novembro de 2004, publicado em Jornal Oficial II série, nº 50 de 14 de Dezembro de 2004. Com sede na Rua da Mãe de Deus, Ponta Delgada, e o capital social ou estatutário é de 748.196,85€, integralmente subscrito e realizado pela Universidade dos Açores. A "Fundação Gaspar Frutuoso" tem por fim de acordo com artigo III dos seus estatutos, num quadro de estreita colaboração com a Universidade dos Açores, fomentar as atividades de cariz científico, tecnológico, social, cultural artístico, económico e ambiental, entre outros, através da promoção e participação em concursos, programas e projetos, assim como do desenvolvimento de ações de formação, consultoria e divulgação.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeira ("NCRF")

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Devem entender-se como fazendo parte da norma as Bases para a apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas. Todavia, O Conselho Diretivo fará sempre divulgações para a além das especificamente exigidas por este referencial de modo a garantir uma apresentação apropriada.

A Norma Contabilísticas de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) foi adotada pela primeira vez em 2012, tal como estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

O Sistema de Normalização Contabilística sofreu em 2015 um conjunto de alterações, que têm aplicação obrigatória para os períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, que se consubstanciaram em algumas agregações e ajustamentos nas contas contabilísticas a nível das demonstrações financeiras e, também, na adoção de novas políticas contabilísticas, sem qualquer efeito na reexpressão dos saldos existentes no início do período, que não tiveram quaisquer impactos nas presentes demonstrações financeiras.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.3. Pressupostos da especialização do exercício

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças temporárias entre os montantes financeiros e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos".

3.4. Ativos fixos tangíveis

Todos os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rúbricas	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	1 - 14
Equipamento de transporte	4 - 8
Equipamento administrativo	1 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 5

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa e depósitos à ordem e a prazo, excepto aqueles que ultrapassam o prazo de três meses de concessão.

3.6. Créditos a receber

A conta de "Créditos a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', de modo a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

3.7. Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas de "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar", não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.8. Fundos Patrimoniais

O fundo patrimonial corresponde à dotação inicial da Universidade dos Açores, em numerário.

3.9. Rêdito e regime do acréscimo

O rêdito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. A instituição reconhece rêdito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rêdito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Fundação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos das vendas e da prestação de serviços são reconhecidos na data efetiva das mesmas.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.10. Subsídios

Os subsídios do governo ou de outras entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Fundação cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados em "outras variações de capital próprio" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados com o desenvolvimento da sua atividade, sendo os mesmos reconhecidos na demonstração dos resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento do recebimento do subsídio.

3.11. Imposto sobre o rendimento

A Fundação está isenta de IRC, por se tratar de uma entidade pública com utilidade pública reconhecida por despacho do Presidente do Governo dos Açores de 29 de Novembro de 2004, publicado em Jornal Oficial II série, nº 50 de 14 de Dezembro de 2004, designadamente na Categoria B (rendimentos empresariais) desde que os rendimentos sejam diretamente derivados do exercício de atividades no âmbito dos seus fins estatutários.

3.12. Ativos, passivos contingentes e provisões

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

3.13. Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a dotar, com impacto significativo no valor dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho Diretivo e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas, destacando-se, em particular, riscos associados à dificuldade de determinar a elegibilidade dos gastos incorridos nos projetos de investigação científica, desenvolvimento experimental e tecnológico financiados por entidades terceiras e a sua recuperabilidade financeira.

3.14. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Ativos Fixos Tangíveis

A rubrica "Ativos Fixos Tangíveis" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2016 e 2015:

31 de Dezembro de 2016

Rúbricas	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências / Abates	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-16	Valor Líquido
Custo:							
Terenos	16,536.15					16,536.15	16,536.15
Edifícios e outras construções	23,790.57					23,790.57	
Equipamento básico	2,142,848.31	22,354.24				2,165,202.55	145,076.60
Equipamento de transporte	104,095.08	6,000.00				110,095.08	5,750.00
Equipamento administrativo	693,718.82	42,057.12				735,775.94	79,141.06
Outros activos fixos tangíveis	48,489.98	4,125.96				52,615.94	10,724.09
Investimentos em curso							
	3,029,478.91	74,537.32				3,104,016.23	257,227.90
Depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções	23,790.57					23,790.57	
Equipamento básico	1,911,393.38	108,432.62		299.95		2,020,125.95	
Equipamento de transporte	104,095.08	250.00				104,345.08	
Equipamento administrativo	548,401.79	108,225.05		8.04		656,634.88	
Outros activos fixos tangíveis	33,597.53	8,240.67		53.65		41,891.85	
	2,621,278.35	225,148.34		361.64		2,846,788.33	

31 de Dezembro de 2015

Rúbricas	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências / Abates	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-15	Valor Líquido
Custo:							
Terrenos	16,536.15					16,536.15	16,536.15
Edifícios e outras construções	23,790.57					23,790.57	
Equipamento básico	2,121,737.08	21,111.23				2,142,848.31	231,454.93
Equipamento de transporte	104,095.08					104,095.08	
Equipamento administrativo	652,115.46	41,603.36				693,718.82	145,317.03
Outros activos fixos tangíveis	34,843.74	13,646.24				48,489.98	14,892.45
Investimentos em curso							
	2,953,118.08	76,360.83				3,029,478.91	408,200.56
Depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções	23,790.57					23,790.57	
Equipamento básico	1,812,651.09	98,742.29				1,911,393.38	
Equipamento de transporte	104,095.08					104,095.08	
Equipamento administrativo	460,509.02	87,892.77				548,401.79	
Outros activos fixos tangíveis	30,274.91	3,322.62				33,597.53	
	2,431,320.67	189,957.68				2,621,278.35	

5. Ativos Intangíveis

A rubrica "Ativos Intangíveis" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro dos anos de 2016 e 2015:

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-16	Valor Líquido
Custo							
Software	18,811.22					18,811.22	406.43
	18,811.22					18,811.22	406.43
Depreciações Acumuladas							
Software	17,964.84	439.90		0.05		18,404.79	
	17,964.84	439.90		0.05		18,404.79	

31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-15	Valor Líquido
Custo							
Software	18,266.53	544.69				18,811.22	846.38
	18,266.53	544.69				18,811.22	846.38
Depreciações Acumuladas							
Software	15,865.09	2,099.75				17,964.84	
	15,865.09	2,099.75				17,964.84	

6. Investimentos financeiros

Esta rubrica apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2016:

Participações	Ao justo valor	Perdas por imparidade	Saldo
Fundo Compensação Trabalho	43.69		43.69
	43.69		43.69

7. Inventários

A rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2016 e 2015:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Mercadorias		
Materias primas subsidiárias e de consumo	265.84	341.55
	265.84	341.55
Perdas por imparidades de inventários		
	265.84	341.55

Estes valores referem-se ao stock de álcool para fins de Investigação Científica, adquirido com redução de imposto alfandegário.

8. Créditos a receber

A rubrica "Créditos a receber" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2016 e 2015:

Rúbricas	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Cientes		314,229.11		234,615.12
Acréscimos de rendimentos				
Juros a receber		2,766.42		3,537.28
Outros devedores				
Entidades Gestoras - Por medidas atribuídas		3,933,777.76		1,534,175.98
Saldos em curso nas E.C. por ced. contratual				2,178.54
Devedores Diversos		4,143.20		3,928.68
		3,940,687.38		1,543,820.48

A conta de devedores por subsídios atribuídos regista o valor a receber das entidades gestoras e financiadoras das diversas medidas e projetos, cujo movimentos e saldos do ano estão repartidos:

Entidades	Saldo em 31-Dez-2015	Aprovações	Recebimentos	Reforços e Devoluções	Saldo em 31-Dez-2016
Fundação Ciência e Tecnologia	952,592.95	807,905.00	322,070.22	26,464.53	1,411,963.20
Direção Reg. Ciência e Tecnologia	180,937.30	198,484.95	167,067.22	20,375.55	191,979.48
PO Açores 2020	0.00	1,999,424.63	0.00	0.00	1,999,424.63
Comissão Europeia	201,602.94	112,875.00	122,074.42	0.34	192,403.18
Outras entidades	199,042.79	239,680.00	231,855.69	68,859.83	138,007.27
	1,534,175.98	3,358,369.58	843,067.55	115,700.25	3,933,777.76

O saldo da rubrica "Clientes" era assim composto:

Rúbricas	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Cientes				
Clientes conta corrente		314,229.11		234,615.12
Clientes de cobrança duvidosa		22,831.87		35,745.15
		337,060.98		270,360.27
Perdas por imparidade acumuladas		-22,831.87		-35,745.15
		314,229.11		234,615.12

O detalhe dos saldos a receber por prazos de cobrança era o seguinte:

Rúbricas	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Clientes conta corrente	16,177.80	88,031.54	110,388.79	76,799.11	291,397.24
Clientes de cobrança duvidosa				22,831.87	22,831.87
	16,177.80	88,031.54	110,388.79	99,630.98	314,229.11

As imparidades foram constituídas de acordo com o critério fiscal para os clientes de cobrança duvidosa. O movimento da rubrica de imparidades acumuladas resume-se como se segue:

Perdas por imparidades	31-Dez-16	31-Dez-15
Saldo a 1 de Janeiro	35,745.15	36,745.15
Reversão	-12,913.28	-1,000.00
Regularizações		
	22,831.87	35,745.15

Os valores registados de reversões nos anos de 2015 e 2016 resultam do recebimento de cliente de cobrança duvidosa para o qual haviam sido constituídas imparidades em exercicios anteriores. Não foram efetuadas imparidades no exercicio de 2015 e de 2016, dado não existirem novos clientes em situação de cobrança duvidosa. As imparidades registadas correspondem à totalidade dos clientes de cobrança duvidosa e encontram-se de acordo com o critério fiscal.

9. Estado e Outros Entes Públicos

A Fundação Gaspar Frutuoso, FP, beneficia do Estatuto de Utilidade Pública, conforme despacho do Presidente do Governo Regional dos Açores de 29 de Novembro de 2004, e publicado em Jornal Oficial II série nº 50, de 14-12-2004. Em virtude da sua natureza, encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Activo		
Imposto s/ rend. pessoas colectivas (IRC)	1,149.72	1,559.73
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2,245.12	
	3,394.84	1,559.73
Passivo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	13,657.95	21,245.64
Imposto s/ rend. pessoas singulares (IRS)	9,210.57	4,670.40
Segurança Social / ADSE/CGA	3,571.61	3,051.20
	26,440.13	28,967.24

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo das rubricas "Diferimentos" apresentavam os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	1,083.01	2,191.06
	1,083.01	2,191.06
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer (Serv. Prestados)	731,172.55	574,533.58
	731,172.55	574,533.58

11. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Caixa		8,991.05
Depósitos à ordem	189,186.80	213,758.77
Sub total Caixa e seus equivalentes	189,186.8	222,749.8
Depósitos a prazo	1,900,000.00	1,630,000.00
	2,089,186.80	1,852,749.82

Os depósitos a prazo, no valor de 1.900.000 euros, eram constituídos pelos seguintes depósitos em diferentes entidades bancárias:

- I. 200.000 euros, com vencimento a 11 de Março de 2017 e remunerados a uma taxa de juro de 0,2%;
- II. 1.000.000 euros, com vencimento a 16 de Março de 2017 e remunerados a uma taxa de juro de 0,3%
- III. 200.000 euros, com vencimento a 21 de Março de 2017 e remunerados a uma taxa de juro de 0,2%;
- IV. 200.000 euros, com vencimento a 11 de Setembro de 2017 e remunerados a uma taxa de juro de 0,9%;
- V. 300.000 euros, com vencimento a 13 de Setembro de 2017 e remunerados a uma taxa de juro de 0,6%;

Os depósitos à ordem não são remunerados. Os depósitos a prazo têm sido sistematicamente renovados, e não são contemplados na determinação do caixa e seus equivalentes, para efeitos da demonstração de fluxos de caixa dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2015 e 2016. Encontram-se, assim, contemplados como investimentos financeiros naquela demonstração financeira.

12. Fundos

Em 31 de Dezembro de 2016 o fundo patrimonial encontrava-se integralmente realizado.

	Cap. Realiz.	Valor Capital
Universidade dos Açores	100.00%	748.196,85

13. Reservas

A rubrica "Reservas" apresentava a seguinte composição nos exercícios de 2016 e 2015:

Rúbricas	Reservas Legais	Reservas Livres
Saldo em 01 de Janeiro de 2015	91,074.66	1,010,282.18
Aumentos		
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	91,074.66	1,010,282.18
Aumentos		
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	91,074.66	1,010,282.18

14. Resultados Transitados

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Rúbricas	Valores
Saldo a 01-Jan-15	-340,476.64
Alterações no período (2015)	
I. Aplicação resultados 2014	-35,107.87
Saldo em 31-Dez-15	-375,584.51
Alterações no período (2016)	
I. Aplicação resultados 2015	171,464.16
Saldo em 31-Dez-16	-204,120.35

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas em Conselho Geral de 28 de Abril de 2016.

15. Outras variações nos fundos patrimoniais

Os valores desta rubrica respeitam aos subsídios ao investimento realizados, os quais são imputados a resultados de acordo com a taxa de depreciação aplicada aos ativos financiados.

O valor apresentado nesta rubrica do balanço encontra-se assim discriminado no quadro que abaixo se apresenta.

Rúbricas	Valores
Saldo a 01-Jan-15	323,544.21
Alterações no período (2015)	
1. Execução de subsídios ao investimento (nota 17)	56,038.07
2. Imput. subs. ao invest. a rendim. exerc. (nota 22)	-157,765.13
Saldo em 31-Dez-15	221,817.15
Alterações no período (2016)	
1. Execução de subsídios ao investimento (nota 17)	44,572.26
2. Imput. subs. ao invest. a rendim. exerc. (nota 22)	-136,399.05
Saldo em 31-Dez-16	129,990.36

16. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Fornecedores" registava a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Fornecedores conta corrente	2,475.33	
	2,475.33	

17. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Outras dívidas a pagar" tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Acréscimos de Gastos				
Férias e subs. férias e encargos		20,098.95		20,249.55
Outros gastos		5,103.91		15,096.36
Outros credores				
Entidades Gestoras - Medidas por executar		4,033,310.23		1,526,761.72
Credores diversos		878.20		11,465.76
		4,059,391.29		1,573,573.39

A conta de credores por projetos a executar regista o valor das medidas e projetos aprovados e que ainda se encontram por realizar, e teve o seguinte movimento no ano:

	Subsídios à Exploração	Subsídios ao Investimento	Total
Saldo Inicial de Projetos em execução	1,304,347.07	222,414.65	1,526,761.72
Novos Projectos	3,319,055.72	39,313.86	3,358,369.58
Anulações / Restituições	-162,637.36	-14,996.83	-177,634.19
Execução do ano (nota 19/15)	629,614.62	44,572.26	674,186.88
Transferências / reclassificações	-7,362.29	7,362.29	0.00
Saldo Final de Projetos em execução	3,823,788.52	209,521.71	4,033,310.23

18. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas				49.90		49.90
Prestação de serviços						
Cursos, Congressos e Ativ. Educ. e Culturais	98,413.02		98,413.02	21,424.43		21,424.43
Consultoria Técnica e Científica	831,365.37		831,365.37	667,175.36		667,175.36
Serviços Administrativos				1,265.54		1,265.54
	929,778.39		929,778.39	689,915.23		689,915.23

19. Subsídios à exploração

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Fundação Gaspar Frutuoso reconheceu os seguintes rendimentos em subsídios à exploração:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Subsídios anuais do Estado e outros Entes Públicos	96,431.35	72,894.92
Subsídios anuais de outras Entidades	2,500.00	100.00
Subsídios plurianuais de diversas Entidades: execução anual (nota 17)	629,614.62	805,382.24
	728,545.97	878,377.16

Os valores registados estão de acordo com a execução nos anos indicados das diversas ações e projetos no âmbito das atividades de investigação e eventos realizados, contratualizados com as várias entidades financiadoras.

20. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Subcontratos		31,274.73
Serviços especializados	612,072.66	549,821.02
Materiais	141,264.41	114,205.15
Energia e fluidos	66,642.01	45,219.89
Deslocações, estadas e transportes	296,956.45	169,925.20
Serviços diversos	80,317.03	114,694.20
Rendas e Alugueres	3,823.02	15,494.79
Comunicação	23,274.51	33,184.60
Seguros	2,605.29	4,433.65
Outros	50,614.21	61,581.16
	1,197,252.56	1,025,140.19

21. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Remunerações dos órgãos sociais	39,350.16	13,534.22
Remunerações do pessoal	98,182.26	109,893.96
Encargos sobre remunerações	27,622.75	22,454.09
Seguros	3,354.88	2,346.95
Outros gastos com pessoal		
	168,510.05	148,229.22



Em 31 de Dezembro a Fundação contava 5 funcionários que desempenhavam funções de administrativas e técnicas, o mesmo número quando comparado com o ano de 2015. O número médio de empregados no exercício de 2016 foi de 5 trabalhadores, menos 1 do que o número médio do ano de 2015. Apenas a Vogal do Conselho Diretivo, Dra. Nélia Ferreira foi remunerada pelo exercício das suas funções durante todo o ano de 2016, uma vez que no ano de 2015 apenas fora nos meses de Outubro a Dezembro de 2015. Os restantes membros dos órgãos sociais, nomeadamente do Conselho de Administração, não foram remunerados pelas suas funções no exercício. Os valores indicados incluem estimativas com subsídios de férias, férias e respetivos encargos sociais a liquidar no ano de 2017.

22. Outros rendimentos

A rubrica de "outros rendimentos" registava nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Patrocínios e Donativos	80.00	900.00
Subsídios ao investimento	136,399.05	157,765.13
Correcções exercícios anteriores	12,292.50	3,207.29
Rend. e ganhos em inv. não financeiros		
Outros rendimentos	3.78	3.03
	148,775.33	161,875.45

23. Outros gastos

Os "outros gastos", nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Impostos	300.18	322.05
Quotizações		4,500.00
Bolsas de investigação	216,914.82	198,126.90
Correcções de exercícios anteriores	5,696.62	1,306.61
Outros gastos	436.75	654.07
	223,348.37	204,909.63

24. Gastos de depreciação

Os "gastos com depreciações" registados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento						
Ativos fixos tangíveis	225,148.34		225,148.34	189,957.68		189,957.68
Ativos intangíveis	439.90		439.90	2,099.75		2,099.75
	225,588.24		225,588.24	192,057.43		192,057.43

25. Juros e rendimentos similares

Os "juros e rendimentos similares" registados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	6,383.96	10,632.79
	6,383.96	10,632.79

26. Partes relacionadas



Fundação Gaspar Frutuoso, FP

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, registaram-se as seguintes transações com partes relacionadas:

Transacções	31-Dez-16	31-Dez-15
Vendas		
Prestação de serviços	20.00	
Subsídios / Donativos Obtidos		
Compras / Serviços Contratados	31,012.73	14,011.11
Universidade dos Açores	21,291.68	11,292.76
Serviços de Ação Social da Univ. dos Açores	9,721.05	2,718.35
Subsídios / Donativos Concedidos		
Cedência posição contratual projetos		

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as partes relacionadas não registavam saldos a receber ou a pagar.

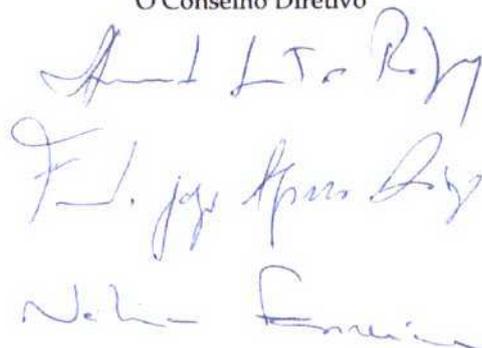
As "Partes Relacionadas" respeitam às entidades "Universidade dos Açores" e "Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores". Apenas a Vogal do Conselho Diretivo, Dra. Nélia Ferreira foi remunerada pelo exercício das suas funções no ano de 2016. Os restantes membros dos órgãos sociais, nomeadamente do Conselho de Administração, não foram remunerados pelas suas funções no exercício conforme nota 22.

O Presidente do Conselho Geral da Fundação Gaspar Frutuoso é por inerência do número 10º dos Estatutos da Fundação Gaspar Frutuoso o Magnífico Reitor da Universidade dos Açores.

O Contabilista Certificado



O Conselho Diretivo



ANEXO V. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

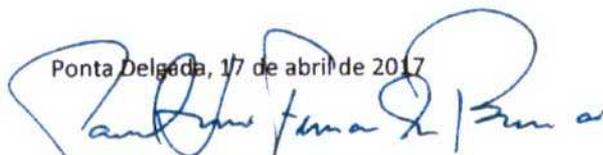
Aos membros do Conselho Geral,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório e Conta de Gerência do Conselho Diretivo, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa e o Anexo da **Fundação Gaspar Frutuoso, FP** (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho Diretivo todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório e Conta de Gerência foi elaborado em conformidade com as disposições legais em vigor, indicando de forma clara a evolução passada e previsível atividade operacional e financeira Entidade. Destacamos também os aspetos divulgados no ponto 3, designadamente os relacionados com o incumprimento do princípio da unidade de tesouraria.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório e Conta de Gerência, bem como o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho Diretivo com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho Diretivo sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 17 de abril de 2017



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

ANEXO VI. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Gaspar Frutuoso, FP** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 6.606.525 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.787.046 euros, incluindo um resultado líquido de 11.622 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Fundação Gaspar Frutuoso, FP** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

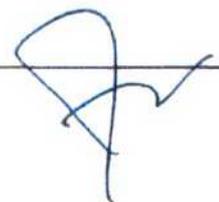
Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:



- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponte Delgada, 17 de abril de 2017



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)